



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - PPGER
CAMPUS JORGE AMADO – ITABUNA**



ARISKLEBER MORAES SANTOS

**FORMAÇÃO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS: WEBINAR NO COLÉGIO DO QUILOMBO BARRO
PRETO**

ITABUNA/BA
2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS - PPGER
CAMPUS JORGE AMADO – ITABUNA**



ARISKLEBER MORAES SANTOS

**FORMAÇÃO DE SERVIDORES DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS: WEBINAR NO COLÉGIO DO QUILOMBO BARRO
PRETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – CJA, da Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Santos Peixoto

ITABUNA/BA

2022

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

S237f Santos, Ariskleber Moraes, 1977 -
Formação de servidores da educação para as relações étnico-
raciais. / Ariskleber Moraes Santos. – Porto Seguro, 2023.
113 f.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Santos Peixoto
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais.
Campus Jorge Amado.

1. Conhecimentos Étnico-Raciais. 2. Formação de Servidores da
Educação Não-Docente. 3. Educação Quilombola. I. Peixoto, Ana
Cristina Santos. II. Título.

CDD – 351.15

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS-
CSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ata de Defesa Pública de Mestrado

Aos oito dias de dezembro do ano de 2022, às nove horas e trinta minutos, na sala virtual com link de transmissão meet.google.com/stj-geuu-saj, reuniram-se as membras/os da banca examinadora composta pelas/os docentes Dra. ANA CRISTINA SANTOS PEIXOTO (presidente da banca), Dr. SEBASTIAO SILVA SOARES (membro externo) e Dra CELIA REGINA DA SILVA (membro interna), E GUILHERME GOMES FOSCOLO (membro interno), a fim de arguirem a/o mestranda/o **ARISKLEBER MORAES SANTOS**, na defesa de sua dissertação cujo trabalho de pesquisa intitula-se “**Formação de servidores da educação para relações étnico-raciais: webinar no colégio do quilombo Barro Preto**” e tem como Produto Educacional **webinar no colégio do quilombo Barro Preto (CURSO DE EXTENSÃO)**. Aberta a sessão pela/o presidente da banca, coube à/ao candidata/o, na forma regimental, expor o tema da sua dissertação dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida questionada/o pelas/os membras/os da banca examinadora, tendo dado as explicações que foram necessárias.

As/Os membras/os da banca consideraram a dissertação:

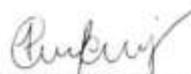
- (X) Aprovada
- () Aprovada com modificações
- () Não aprovada, devendo ser realizada nova defesa no prazo de xx meses.

Recomendações da Banca: Fazer ajustes necessário conforme parecer dos avaliadores.

Banca Examinadora:

 Documento assinado digitalmente
ANA CRISTINA SANTOS PEIXOTO
Data: 20/12/2022 10:44:53-0300
Verifique em <https://validar.ufpb.br/>

Prof.ª Dra. ANA CRISTINA S. PEIXOTO- PPGER
Presidente da banca



Prof. Dr GUILHERME G. FOSCOLO -UFSB / PPGER
Membro interno



Prof. Dra CELIA REGINA DA SILVA
Membro externo

 Documento assinado digitalmente
SEBASTIAO SILVA SOARES
Data: 20/12/2022 23:20:36-0300
Verifique em <https://validar.ufpb.br/>

Prof. Dr SEBASTIAO SILVA SOARES-UFT
Membro externo


ARISKLEBER MORAES SANTOS
Candidato



Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB Campus Sosigenes Costa
R 367, Km 10 - Rod. Porto Seguro-Eunápolis, Porto Seguro, BA – 45810-000

Aos servidores da educação não-docentes do Colégio Estadual Doutor Milton Santos. Aos remanescentes quilombolas do Barro Preto, pela manutenção física, cultural, simbólica, econômica, política e social. Aos meus familiares pelo companheirismo e acolhimento. Ao PPGER por ser meu Ilê Ayê que promoveu no meu entendimento de mundo uma visão mais ampla que ainda não sou capaz de medir pela sua tendência ao infinito.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo todos meus colegas de turma, aos meus professores do PPGER, aos meus familiares, a comunidade do Barro Preto, aos servidores da educação não-docente do Colégio Estadual Doutor Milton Santos que de uma forma ou de outra, participaram de forma efetiva para realização deste trabalho.

A minha esposa Jeane pelo apoio e carinho no percurso do início ao fim passando sempre confiança na realização das etapas.

A minha filha Ayla pelo seu bom humor e pela companhia em alguns momentos na universidade, na comunidade do Barro Preto e no Colégio Estadual Doutor Milton Santos.

Ao meu filho Zhyan que com seu jeito de ser conquista a atenção e o carinho das pessoas que nos cercam.

Aos profissionais do Colégio Estadual Doutor Milton Santos pelas contribuições na pesquisa, pela confiança e pela companhia em vários momentos da minha vida.

A minha orientadora Ana Cristina, pelos ensinamentos, compreensão, sinceridade e colaborações no trabalho.

Aos meus colegas do mestrado pelas trocas de experiências dentro de uma multiculturalidade.

Aos professores do PPGER, pelos ensinamentos acadêmicos e pela colaboração na minha formação como cidadão e pelo incentivo para continuidade nos estudos.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para que este trabalho.

RESUMO

O trabalho intitulado “Formação de Servidores da Educação para as Relações Étnico-Raciais: Webinar no Colégio do Quilombo Barro Preto” é uma pesquisa científica que se caracteriza como etnográfica, tem como espaço geográfico o quilombo Barro Preto, localizado no município de Jequié - Bahia e possui como objetivo desenvolver ações capazes de criar estruturas promotoras da valorização dos povos quilombolas, visando contribuir para reverter a dívida histórica que a sociedade racista tem com o povo negro. Para tal buscamos constituir e fortalecer frentes de apoio de construção de ações sobre a educação e relações étnico-raciais, identidade e consciência negra para educação antirracista em escolas e comunidades quilombolas. Tendo como foco os servidores da educação não-docentes do Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola, localizado nessa comunidade. Utilizamos de técnicas metodológicas para pesquisa como observação, questionário, análise de documentos, e de entendimento coletivos sobre o cotidiano escolar. Buscamos identificar elementos que possam contribuir para a construção coletiva de cursos de formação-webinar para formação inicial e continuada de servidores da educação não-docentes para a prática antirracista. Os autores que nortearam teoricamente a pesquisa foram Azevedo (1987), Benjamin (2006), Carneiro (2011), Candau (2008), Fernandes (2017), Gomes (2020; 2017; 2005), Gil (2010), Lobato (2011), Malomalo (2017), Munanga (2010; 2003; 1999), Moreira (2015; 2012), Nascimento (1980), Ribeiro (2019), Sousa (2010), dentre outros. A partir das contribuições dos referenciais, a realidade pode ser melhor compreendida. O estudo evidenciou a necessidade de formação de servidores da educação não-docentes para as relações étnico-raciais em escolas quilombolas, com intuito de colaborar com a formação inicial e continuada desse público para prática antirracista nos espaços escolares e nas comunidades quilombolas. Bem como, incentivar o desenvolvimento profissional, a valorização da categoria de trabalhadores, a ampliação dos saberes tradicionais e da história e cultura local e global dos africanos e afro-brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimentos Étnico-Raciais, Formação de Servidores da Educação Não-Docentes, Educação Quilombola.

ABSTRACT

The work entitled "Training of Education Servers for Ethnic-Racial Relations: Webinar at the Quilombo Barro Preto School" is scientific research that is characterized as ethnographic, has as geographical space the quilombo Barro Preto, located in the municipality of Jequié - Bahia and aims to develop actions capable of creating structures that promote the valorization of quilombola peoples, aiming to contribute to reversing the historical debt that racist society has with black people. To this end, we seek to establish and strengthen fronts to support the construction of actions on education and ethnic-racial relations, identity and black awareness for anti-racist education in schools and quilombola communities. Focusing on the non-teaching education servants of the Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Quilombola School, located in this community. We used methodological techniques for research such as observation, questionnaire, document analysis, and collective understanding about the school routine. We seek to identify elements that can contribute to the collective construction of training courses-webinar for initial and continued training of non-teaching education servers for anti-racist practice. The authors who theoretically guided the research were Azevedo (1987), Benjamin (2006), Carneiro (2011), Candau (2008), Fernandes (2017), Gomes (2020; 2017; 2005), Gil (2010), Lobato (2011), Malomalo (2017), Munanga (2010; 2003; 1999), Moreira (2015; 2012), Nascimento (1980), Ribeiro (2019), Sousa (2010), among others. From the contributions of the references, reality can be better understood. The study highlighted the need to train non-teaching education workers for ethnic-racial relations in quilombola schools, with the aim of collaborating with the initial and continued training of this public for anti-racist practice in school spaces and in quilombola communities. As well as encouraging professional development, valuing the category of workers, expanding traditional knowledge and the history and local and global culture of Africans and Afro-Brazilians.

KEYWORDS: Ethnic-Racial Knowledge, Training of Non-Teaching Education Servants, Quilombola Education.

Lista de Ilustrações

- Figura 01: Momentos de reflexão depois da aula presencial do PPGER
Figura 02: Aula on-line do PPGER em situação de isolamento social devido a Covid-19
Figura 03: Mapa do quilombo Barro Preto
Figura 04: Rio Jequezinho em terras do quilombo Barro Preto
Figura 05: Pescadores no Quilombo Barro Preto
Figura 06: Mapa do quilombo Barro Preto
Figura 07: Abarracamento no Quilombo Barro Preto
Figura 08: Cômodo 01 do abarracamento
Figura 09: Cômodo 02 do abarracamento
Figura 10: Caixa d'água no quilombo Barro Preto
Figura 11: Moradores do quilombo
Figura 12: Rua da linha no Barro Preto
Figura 13: Travessa Duque de Caxias no Barro Preto
Figura 14: Residências na rua São Jorge no Quilombo Barro Preto
Figura 15: Unidade de saúde barro preto
Figura 16: Vestiário do campo de futebol Elza Leone
Figura 17: Projeto de futebol de campo
Figura 18: Projeto de futebol de campo
Figura 19: Centro de umbanda
Figura 20: Colégio Estadual Doutor Milton Santos
Figura 21: Escudo do Colégio Estadual Doutor Milton Santos
Figura 22: Servidora da educação quilombola
Figura 23: Servidor da educação quilombola
Figura 24: Protocolos de segurança
Figura 25: Estudantes quilombolas no colégio
Figura 26: Estudantes na saída do colégio
Figura 27: Refeitório
Figura 29: Apresentação dos estruturantes na quadra poliesportiva
Figura 30: Entrada com acessibilidade do Colégio
Figura 31: Projeto estruturante – FACE
Figura 32: Projeto estruturante – DANCE
Figura 33: Projeto estruturante
Figura 34: Projeto estruturante
Figura 35: Projeto grafitaê 2018
Figura 36: Projeto grafitaê 2021
Figura 37: Premiação da corrida da liberdade
Figura 39: Servidores da educação quilombola não-docentes
Figura 40: Tempo de serviço na educação quilombola
Figura 41: Raça/cor dos servidores da educação não-docentes
Figura 42: Religião dos servidores da educação não-docentes
Figura 43: Localidade do endereço dos servidores da educação não-docentes
Figura 44: Participação em curso de formação
Figura 45: Interesse em participar do curso para formação on-line

Lista de Abreviações e Siglas

AEE - Atendimento Educacional Especializado
CNE – Conselho Nacional de Educação
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
CRQ - Comunidade Reconhecida Quilombola
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DCRB - Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental
ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio
FIC- Formação Inicial e Continuada
IEL - Instituto Euvaldo Lodi
IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IAT – Instituto Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEC - Ministério da Educação
ODEERE - Órgão de Educação e Relações Étnicas
PCN – Parâmetro Curriculares Nacionais
PPP- Projeto Político Pedagógico
PROFUNCIONÁRIO - Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação
PPGER - Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais
PST - Prestação de Serviço Temporário
REDA - Regime Especial de Direito Administrativo
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEC - Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SCFV- Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUCAB - Superintendência de Construções Administrativas da Bahia

Sumário

1 - Introdução-----	12
2 - Formação de servidores da educação para relações étnico-raciais -----	22
2.1 - A formação para as relações étnico-raciais-----	22
2.2 - A Educação Escolar Quilombola e as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola. -----	36
2.3 - Legislação vigente sobre educação étnica- racial -----	45
2.4 - Tecnologia da educação e a formação de servidores da educação -----	50
2.5 - A importância da memória coletiva para o fortalecimento da ancestralidade africana -----	54
3 - O quilombo está em nós -----	57
3.1 - A comunidade do Quilombo Barro Preto -----	57
3.2 - A escola -----	69
4 - Metodologia -----	79
4.1 - Metodologia utilizada e o perfil dos participantes-----	79
4.2 - Produto educacional: Webnário-----	95
5 - Considerações finais -----	100
6 - Referências-----	103
7- Apêndices-----	108
Apêndice A: Instrumento de coleta de dados-----	108
Apêndice B: Questionário para os servidores da educação não-docentes----	109
8 - Anexos -----	115
Anexo A: Certidão de auto-reconhecimento -----	115

1. Introdução

Eu sou Ariskleber um homem pardo, heterossexual, latino americano, brasileiro, nordestino e baiano. Nascido no território de identidade Vale do Jiquiriçá, no município de Amargosa, no dia 22 de abril de 1977. Filho de Ubirajara (Jairo), homem Afroindígena, neto de Valdivino, avô paterno, homem Afroindígena que é filho de um homem negro com a indígena Chandinha que usava o cabelo comprido, e era de uma família de indígenas que habitavam o recôncavo baiano, como relata meu pai. Minha avó Maria Custódia (Vó Nair) era filha de um homem pardo alto e uma mulher negra.

Minha mãe Maria Ivonete (Nete) conheceu meu pai vendendo leite em sua casa sobre um cavalo depois que a mesma deixou de morar na fazenda do meu avô na zona rural do município de Amargosa e veio morar na zona urbana para estudar. Mainha é mulher branca, filha de João Moraes e Maria Carmelita (Lita), cuja família é de brancos católicos, meu bisavô e minha bisavó Inês, eu os conheci, pois chegou a morar na cidade de Jequié na Bahia, onde boa parte da família de minha mãe se instalou e se multiplicou.

Deixei de morar no Vale do Jiquiriçá para ir residir na cidade de Jequié em 1978 levados pelos meus pais, que estavam buscando montar um negócio próprio. Na minha casa vivia meus pais, minhas três irmãs e eu.

Minhas irmãs e eu fizemos cursos de licenciatura: eu cursei Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática com Enfoque em Informática e Licenciatura em Física, minha irmã mais velha cursou Licenciatura em Ciências com Habilitação em Biologia, já a irmã do meio cursou Licenciatura em Letras Vernáculas. e minha irmã casula cursou Licenciatura em Matemática com Enfoque em Informática. Sendo todos cursos em Universidades Estaduais na Bahia.

Comecei a atuar como professor no ano de 2005, atualmente sou professor da rede municipal e estadual atuando no interior do Estado da Bahia. Escolhi ser professor por gostar da profissão e por ter um professor de Física chamado Wilson Rocha que me orientou nos meus primeiros passos rumo ao conhecimento físico durante todo o meu Ensino Médio e na disciplina Física I no

curso superior de Licenciatura em Química. Passei a admirar e respeitar a profissão de professor de Física e o conhecimento físico.

Outra influência foi a minha mãe que me levava para escola algumas vezes na época em que era professora da prefeitura de Jequié, eu era criança, mas como já dominava as operações aritméticas fundamentais lembro-me de contribuir como um monitor no turno noturno. Quem também me influenciou foi minha tia Vera (Verinha) irmã do meu pai, mulher negra, casada com homem negro e teve filho negro. Recordo-me que tia Verinha resistiu a todas as adversidades dentro e fora da escola, estudou e conseguiu ser professora efetiva do município de Amargosa/BA até se aposentar.

Pretendo ser no futuro um professor de referência como os professores Wilson Rocha, minha mãe Nete e minha tia Verinha foram, para também, poder inspirar gerações e incentivar jovens pela busca do conhecimento científico. Para tanto é necessário estarmos atentos as questões de conflitos sociais, as científicas, políticas, econômicas e humanitárias, pois quanto mais conhecemos a sociedade podemos contribuir para sua formação plena de forma significativa e crítica.

Eu sempre almejei fazer um mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais, pois apesar de ser estudante das ciências exatas, necessitava de aprofundamento nas questões do ensino para a cultura e histórias africanas e afro-brasileiras, para atuar como professor e como cidadão no local em que convivo. Tenho como um dos motivos da escolha do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) oferecido pela Universidade Federal do Sul da Bahia, constituir novas discursões sobre a educação étnicas-raciais no interior da Bahia e potencializar minhas ações na comunidade do quilombo Barro Preto e dentro das escolas em que eu trabalho e trabalharei na minha vida profissional como professor.

Conheci o programa de pós-graduação conversando com alguns mestrandos que já faziam parte do programa, esse fato essencial também para a escolha do PPGER. A partir desse ponto fui conhecer as linhas de pesquisa; a grade curricular; os possíveis orientadores da área desejada; os trabalhos publicados na área escolhida e por fim construir uma proposta na forma de pré-projeto que queria trabalhar. Cada etapa da seleção e cada disciplina cursada foi muito importante na minha formação e procurei preparar-me para cada

momento, mas foi na pesquisa que tive a oportunidade de trabalhar com a Profª Dr. Ana Cristina para falarmos sobre a Formação de Servidores da Educação Não-Docentes para as Relações Étnico-Raciais.

Buscar estudar no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) do campus Jorge Amado foi um passo essencial na minha formação para o ensino das Relações Étnico-Raciais. Interagir com o grupo de colegas que integram os discentes no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) também foi muito significativo na minha formação, pois a diversidade cultural e de formação no mesmo ambiente acadêmico de formação continuada nos levou a refletir, conviver, estudar e compreender conceitos juntos.

Abaixo temos as Figura 01 e Figura 02 que demonstram momentos da turma 2019 do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) – Campus Jorge Amado de forma presencial e em outros momentos on-line devido a pandemia da Covid-19.



Figura 01: Momentos de reflexão depois da aula presencial do PPGER
Fonte: elaborado pelos autores (2019)

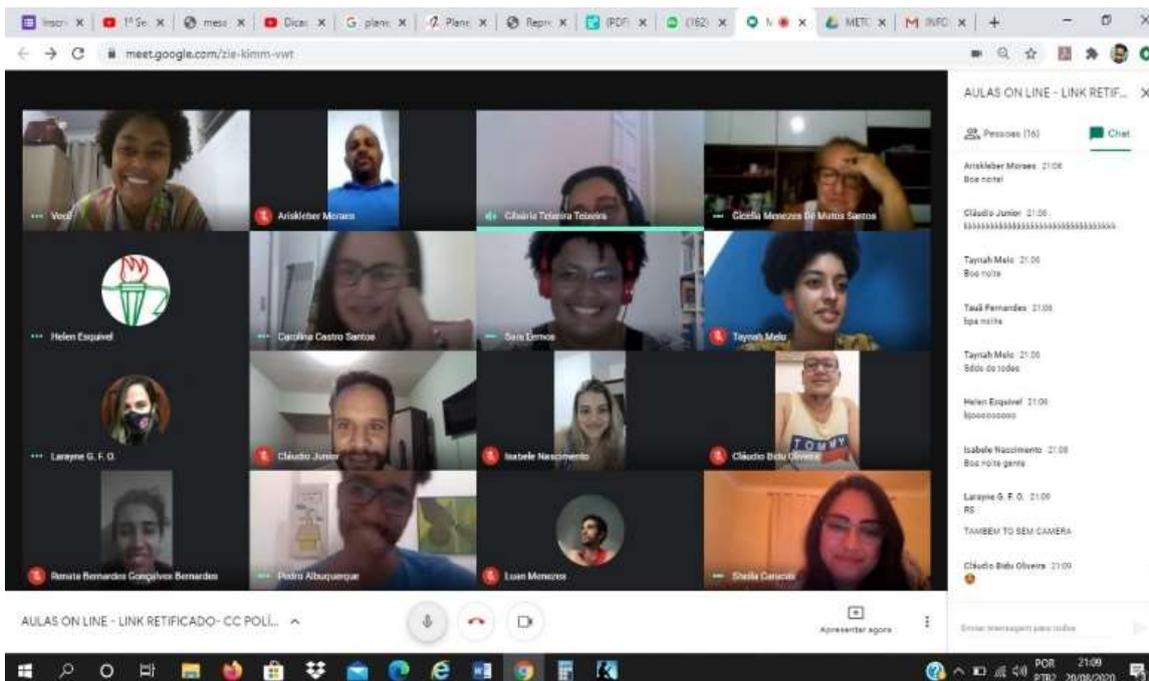


Figura 02: Aula on-line do PPGER em situação de isolamento social devido a Covid-19
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Atuei como tutor presencial do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IFBA) – Projeto Profucionário do Curso Técnico de Múltiplos Didáticos. Aqui foi o meu primeiro contato com a formação de servidores da educação não-docentes, quando atuei como professor formador presencial do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação - Profucionário.

O Profucionário foi pensado pelo Governo Federal por meio do Ministério da Educação - MEC e promovido por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC para fortalecer e ampliar a formação de trabalhadores em educação em todo o Brasil. Assim sendo, quem executou as políticas públicas de educação profissional e tecnológica no país foram os Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia, os mesmos ficaram responsáveis também, pela oferta dos cursos na modalidade de educação semipresencial, com a formação em serviço. O projeto também oferecia os Cursos Técnicos de Secretariado Escolar, Alimentação Escolar, e Infraestrutura Escolar e Ambiental. Todos os cursos compoem a 21ª Área profissional das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN que contempla o Serviços de Apoio Escolar.

O Profuncionário teve como objetivo desenvolver ações capazes de criar estruturas promotoras da valorização, de servidores da Educação Básica pública. A formação buscou unir as dimensões técnicas e pedagógicas importantes para a formação humana comprometida, ética e profissional. As turmas dos estudantes do Profuncionário no campus do IFBA – Jequié eram compostas por servidores da educação das escolas localizadas nos municípios que compõem o território de identidade Médio Rio das Contas, a exemplo de Jequié, Itagi, Apuarema e também algumas cidades do território de identidade Vale do Jiquiriçá como o município de Lafaiete Coutinho, entre outros. As prefeituras autorizavam a liberação dos servidores da educação em seus horários de trabalho para capacitação em serviço nos encontros presenciais e disponibilizavam o transporte.

Percebemos então, que a formação de servidores da educação não-docentes para as relações étnico-raciais também é necessária, pois promove a aquisição das competências e habilidades fundamentais para atuar de forma significativa e crítica no processo educativo antirracista. Nesse sentido, como estudante de questões étnico-raciais e produtor de ações individuais e coletivas dentro e fora da escola que contempla a Lei 10 639/2003 foi necessário pensar em uma proposta político-pedagógica que contempla princípios que direcionem escolhas conceituais e metodológicas para promover minicursos para a formação de servidores da educação.

No Quilombo Barro Preto localizado no município de Jequié no interior da Bahia, temos uma convivência com vínculos fortalecidos com a comunidade local e com a comunidade escolar do Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola, com os quais trabalhamos, pesquisamos, estudamos, aprendemos e ensinamos.

Esta pesquisa teve como objetivo geral desenvolver ações capazes de criar estruturas promotoras da valorização dos povos quilombolas, visando contribuir para reverter a dívida histórica que a sociedade racista tem com o povo negro. Para tal, buscamos constituir e fortalecer frentes de apoio de construção de ações sobre a educação e relação étnico-raciais, identidade e consciência negra para educação antirracista em escolas e comunidades quilombolas.

Para alcançar esse objetivo construímos uma formação-webinar e propomos através de minicursos conhecimentos e competências necessárias

para o bom desenvolvimento de atividades educacionais antirracistas; contribuímos com o fortalecimento da identidade e das relações étnico-raciais vivenciadas pelos servidores da educação não-docentes, bem como, de sua valoração no processo educativo; e criamos ações para construção de educação e relações étnico-raciais dentro e fora da escola quilombola.

Para o desenvolvimento de tais ações buscamos o apoio da gestão da escola para que os servidores da educação não-docentes pudessem participar do processo de formação tendo o acesso a informações, estudos e discussões sobre as Leis 10 639/2003, 11 645/2008 e 12 519/2011, sobre o Plano Nacional de Educação, das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Raciais, o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, das Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola, sobre o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia para que conseqüentemente com este arcabouço teórico possam entender a necessidade da construção de uma educação antirracista, que deve ser consolidada dentro e fora do ambiente escolar.

Desta forma, propomos um curso de formação para servidores da educação que atuam no Colégio Estadual Doutor Milton Santos, por ser este colégio, a Unidade Escolar que possui um número significativo de remanescentes quilombolas.

Localizado no Bairro Barro Preto, em Jequié na Bahia o Colégio Estadual Doutor Milton Santos se destaca na cidade nos últimos anos por grandes momentos de luta, a exemplo do reconhecimento da comunidade frente a Fundação Palmares em 2007 e das ações de decolonização, como a mudança do nome da escola que se chamava Colégio Duque de Caxias, referência a um militar brasileiro branco que lutou dentro do país defendendo o Estado contra revoltas lideradas por homens pobres, dentre eles homens negros escravizados, pardos e negros livres, que se sentiam oprimidos pelas forças políticas locais, como na Balaiada.

Os negros lutaram contra o exército liderado por Duque de Caxias em busca de direito à cidadania e ao acesso à propriedade da terra, e o fim de novas arbitrariedades instituídas pelas oligarquias regionais. Deste modo, a decolonização do nome do colégio foi necessária e o mesmo passou a se chamar Colégio Estadual Doutor Milton Santos, em referência ao cientista e

professor negro brasileiro, Milton Santos, nascido no Estado da Bahia considerado pelos críticos como um dos mais renomados intelectuais do Brasil no século XX.

Assim, ocorreu a valorização de uma personalidade negra brasileira, o reconhecimento da contribuição deste intelectual negro na formação da sociedade nacional, nas áreas geográficas, educacional, social, científica, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

A instituição de ensino Colégio Estadual Doutor Milton Santos possuem grandes obstáculos que foram superados para mantê-la ao longo do tempo como: A luta pela permanência do Ensino Fundamental II na instituição de ensino estadual e manutenção do colégio frente a Secretaria do Estado da Bahia desde o final de 2017 até os dias atuais, ano após ano, devido às constantes municipalizações e fechamentos de seguimentos na educação baiana, apesar de a lei garantir a manutenção de estudantes quilombolas em escolas quilombolas.

É importante salientarmos que outras lutas dos remanescentes quilombolas juntamente com a comunidade escolar geraram políticas públicas direcionadas a instituição de ensino pesquisada, a exemplo da reforma da estrutura física no ano de 2013; e também da reforma da estrutura física de 2018-2019.

Entendemos que ações afirmativas fortalecem a luta dos povos quilombolas vêm sofrendo pressões do governo a nível federal, estadual e municipal e nesse sentido, ações voltadas especificamente para questões culturais e sobre seus direitos devem acontecer para ressignificar a identidade de uma comunidade escolar quilombola. Para tanto, essas ações, colaboram para que a comunidade a cada dia, fique mais fortalecida para lutar contra o preconceito, o racismo, a discriminação e o embranquecimento de sua história e cultura.

Escolhemos como objeto da pesquisa os servidores da educação que dão suporte ao ensino, ao invés de alunos e professores, por vivermos em uma sociedade racista e acreditar que há servidores que praticam ou sofrem injúria racial e racismo nos espaços escolares ou que presenciam situações similares nos ambientes escolares.

Então nos propusemos a contribuir com a escola ministrando cursos de formação para servidores da educação que dão suporte ao ensino, sendo estes cursos relacionados a educação para relação étnico-raciais e para valorização dos servidores da educação, pois os mesmos necessitam estar integrados em processos de formação continuada, estando assim mais preparados para poder construir/reformular o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, para dialogar e contribuir nas decisões do colegiado escolar e atuar de forma crítica e reflexiva nas questões étnico-raciais dentro e fora do espaço escolar.

Os servidores da educação participam do processo educacional dando o suporte para que o ensino-aprendizagem aconteça, mesmo sabendo que os professores são os responsáveis pelo ensino dos conteúdos curriculares. Nesse sentido, a preparação profissional de servidores da educação quilombola é importante para a atuação profissional relacionado a educação e relações étnico-raciais.

No colégio pesquisado são diversos os funcionários da educação que realizam as atividades de apoio pedagógico: merendeiras, auxiliares de secretária, secretária, vigilantes/porteiros, auxiliares de serviços gerais dentre outros. Alguns atuam sozinho em sua área e outros em equipes. Os servidores da educação que dão suporte ao ensino estão em contato diário com os estudantes e professores mantendo relações interpessoais e pessoais que devem ser potencializadas e empoderadas para o fortalecimento de uma comunidade vulnerável como é a do quilombo urbano Barro Preto.

Nesse sentido, percebemos que esses servidores da educação também educam e devem estar integrados aos objetivos da escola e por isso em constante formação, principalmente para a educação e relação étnico-raciais, para ajudar a fazer acontecer ações significativas e críticas dentro e fora da escola de cunho social, econômico, político, cultural e legal. Tivemos o interesse com o trabalho de fortalecer e ampliar conhecimentos dos servidores em educação sobre a educação e relação étnico-raciais para aflorar a identidade e a consciência negra e desenvolver o convívio e o pertencimento entre os funcionários da educação e os estudantes quilombolas do Barro Preto.

Buscando unir as dimensões técnicas e pedagógicas indispensáveis para a formação humana, comprometida e ética e com a construção de uma educação antirracista, o problema desta investigação-ação que norteou o trabalho foi como

preparar servidores da educação por meio de minicursos para construir ações efetivas que contemplem a educação e relação étnico-raciais e a identidade e consciência negra em escolas da Educação Básica, reconhecendo os remanescentes africanos e afro-brasileiros na constituição e na construção da sociedade brasileira?

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que ocorreu na primeira década do segundo milênio (2003-2010) foi instituído a Lei nº 10 639 de 09 de janeiro de 2003, alterando a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, propõe conteúdos e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.

Com isso, percebemos que dentre os conteúdos programáticos devem ser incluídos o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, o resgate e a contribuição dos povos negros no Brasil, ressaltando assim, a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Para tanto, também percebemos que a igualdade social, a inclusão do negro na sociedade, a religião e cultura afro-brasileiras, dentre outros, estão entre os conhecimentos que proporcionam subsídios de pertencimento e que conduz os estudantes a prosseguir nos estudos e utilizá-los em situações do cotidiano.

Nesse sentido, esses conteúdos devem ser trabalhados em minicursos para capacitar servidores da educação que dão suporte ao ensino para fortalecer a educação e as relações étnico-raciais. Minimizando assim, ações desfavoráveis sejam elas de preconceitos, racismo, discriminação, entre outras de dentro da própria instituição quilombola para com os seus estudantes, pais e membros da comunidade.

Atuaremos de acordo com Munanga (2010) para discutir a educação dentro do contexto de reconhecimento das diferenças e a luta contra os preconceitos raciais. Essas discussões perpassam temas como a globalização, a afirmação das identidades regionais dentro do multiculturalismo, o papel da escola como grande mediador de relações humanas e, principalmente, os direitos sociais ou coletivos no sistema legal e no sistema escolar.

De acordo com Lima (2001) a formação de professores em questões étnico-raciais é o percurso para a escola redimensionar junto à comunidade escolar, vivências de suas identidades, que se faça um espaço de construção das “suas concepções sobre si mesma, sobre os outros, sobre as relações sociais, sobre o mundo a sua volta” (LIMA, 2001, p. 58)

Cavalcante et al (2017) afirmam que

buscar uma formação para professores em Escolas Quilombolas é englobar os conhecimentos históricos, artístico e cultural de origem afro-brasileira e africana em todos os componentes curriculares da educação, e não apenas na grade curricular de Literatura e Arte como é sugerido nos documentos oficiais da educação. (CAVALCANTE et al, 2017, p. 07)

Sendo assim, podemos verificar que a formação sobre as questões étnico-raciais pode ser estendida para servidores da educação pois a formação continuada é fundamental para a inclusão da História e Cultura Africana e Afro-brasileira de forma transdisciplinar no dia a dia escolar.

Para construir os minicursos para a formação de funcionários da educação que dão suporte ao ensino para a educação e relações étnico-raciais estaremos orientados para relações educacionais igualitárias, as quais requerem o reconhecimento e valorização da contribuição no povo negro africano e de seus descendentes na formação da sociedade brasileira. A comunidade escolar por meio da capacitação de seus membros e de criação de ações efetivas serão os principais agentes na efetivação das leis: Lei nº 10 639/2003, Lei nº 11 645/2008, Lei nº 12.519/2011 e Lei nº 13182/2014. Melhorando assim, as relações entre seres humanos e o reconhecimento do eu e do meu povo, diante da sociedade global.

Nosso trabalho está dividido em introdução, que apresenta a pesquisa, seus objetivos, suporte teórico e o produto final. Em seguida, versará sobre a formação de servidores da educação para as relações étnico-raciais. Depois apresentamos o quilombo Barro Preto por meio da comunidade e da escola quilombola. E trataremos também da metodologia e do perfil dos participantes, bem como, do Produto educacional composto pela sua estrutura com seus temas e suas ementas. E em seguida apresentamos as considerações finais e as referências. No anexo, apresentamos os questionários que balizaram a escolha pelas temáticas trabalhadas no curso de formação – webinar e a certidão de

auto-reconhecimento do quilombo urbano Barro Preto pela Fundação Cultural Palmares.

Por fim, esperamos contribuir com a qualidade do ensino nas escolas quilombolas e com o empoderamento e constituição da identidade dos servidores da educação e de estudantes negros, para tanto buscamos agregar valores para o fortalecimento do sentimento de pertença destes servidores sobretudo procurando fortalecer sua identidade histórico-cultural.

2 - Formação de servidores da educação para relações étnico-raciais

2.1 - A formação para as relações étnico-raciais

Quando estamos falando das relações étnico-raciais entre indivíduos e grupos, estamos falando das relações das identidades étnico-culturais entre indivíduos e grupos, das influências sociais evidenciadas por meio das manifestações culturais resultantes do encontro de diversos povos: africanos, indígenas, asiáticos e europeus.

Nesta perspectiva, Oliveira (2001) conceitua cultura e identidade cultural.

A cultura é um estilo de vida próprio, particular, que todas as sociedades possuem e que caracteriza cada uma delas. Assim, os indivíduos que compartilham a mesma cultura, apresentam o que se chama de identidade cultural (OLIVEIRA, 2001, p. 135).

A cultura afro-brasileira, ao lado de outras culturas, como a indígena, a africana, a europeia, a asiática, tem um papel de destaque na formação do povo brasileiro. Todas essas influências culturais podem ser verificadas na sociedade brasileira por meio de valores, arte, religião, conhecimentos, práticas sociais, comida, dança, música, língua entre outras.

De acordo com SOUZA (2010)

A partir dos diversos achados em sítios arqueológicos da África e de avanços no campo da Genética, a comunidade científica mundial consolidou a convicção de que o homem e a mulher modernos descendem de antepassados africanos que teriam sido responsáveis pelo povoamento dos outros continentes do planeta (SOUZA, 2010, p. 14).

Sabemos que os seres humanos possuem apenas uma raça de cunho biológico. A expressão “étnico-racial”, refere-se à raça em seu ponto de vista político.

Segundo Azevedo (1987)

Basta recorda que 70% dos genes são iguais em todas as raças e que os 30% que variam, o fazem sem perda das características básicas. Além disso, a história registra que a ocorrência de mistura entre povos e raças foi uma regra geral nos últimos milênios (AZEVEDO, 1987, p.30).

Souza (2010, p. 50) ressalta que: “a partir dos povos indígenas, nossos primeiros habitantes; dos europeus invasores; dos africanos sequestrados e escravizados; dos mestiços, frutos das relações amorosas e conflituosa construíram-se as raízes do povo brasileiro”.

Para Carneiro (2011, p 63)

Um dos aspectos mais surpreendentes de nossa sociedade é o fato de a ausência de identidade racial ou confusão racial reinante ser aceita como dado de nossa natureza. Quando muito, à guisa de explicação, atribui-se à larga miscigenação aqui ocorrida a incapacidade que demonstramos de nos autot classificar racialmente. É como se a identificação estivesse na essência de nosso ser. (CARNEIRO. 2011, p 63)

Carneiro (2011, p 65) nos alerta que quando pessoas que se autodeclaravam pardas passam a se declarar negras pode, talvez, indicar que estamos mudando, saindo das brumas e abdicando do subterfúgio da identificação racial para enfrentar, no dizer de Hélio Santos, a dor da cor ou da raça. E, quem sabe, enfim curá-las.

Assim, temos no Brasil desde o início da colonização a presença negra na formação do povo. No Quilombo Barro Preto na cidade de Jequié no interior da Bahia podemos perceber o seu jeito de ser, a sua beleza, a sua cor, sua felicidade, suas energias, suas religiões, suas tradições, suas crenças e seus costumes.

De acordo com Azevedo (1987, p.29) “a falsa ideologia de raça pura nasceu da necessidade política de autoglorificação de certos povos”. Não é difícil de entender a aceitação da ideia por aqueles cuja necessidade de valorização supera o pensamento lógico”.

MUNANGA (1999, p. 52) sinaliza que diversos pensadores brasileiros foram: “Influenciados pelo determinismo biológicos do final do século XIX e início deste, acreditavam na inferioridade das raças não brancas, sobretudo a da negra, e na da degenerescência do mestiço “

MUNANGA (2003) acrescenta que

[...] no imaginário e na representação coletiva de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir de diferenças de fenótipos como a da cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantem os racismos populares (MUNANGA, 2003, p. 06).

A raças sociais levam a brancos brasileiros ainda considerar negros e indígenas como seres humanos inferiores, como ocorriam no Brasil colônia, por isso, reproduzem maus tratos. Tentando deste modo subalternizar, marginalizar e humilhar.

Percebesse deste modo, o que vai determinar o racismo é a repulsão com construção de fronteiras com base de marcadores étnico-raciais presentes nas atividades psicológicas de cada indivíduo.

O termo étnico-racial segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultural Afro-Brasileira e Africana, pode ser definido como:

O emprego da expressão étnico-racial, serve para marcar que as relações tensas devidas às diferenças de cor da pele e traços fisionômicos o são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere da visão de mundo, valores e princípios da origem indígena, europeia e asiática. (MEC, 2004, p.13)

OLIVEIRA E SOUZA (2012) comenta que

A prática pedagógica está situada no contexto de outras práticas sociais. Sua função é ancorar o currículo e todas as mudanças que ocorrem no contexto escolar. Portanto não é uma ação isolada do professor, mas de cunho político e institucional. Está vinculada a uma proposta de educação elaborada por um grupo de especialista que têm aprovação legal para escolher conhecimentos, determinar conteúdos históricos, postura moral e intelectual dos envolvidos. (OLIVEIRA E SOUZA, 2012, p. 19)

Nesse sentido, OLIVEIRA E SOUZA (2012, p. 20) acrescenta que a diversidade cultural e o preconceito são temas que devem ser trabalhados continuamente, pois possibilitam o fortalecimento da identidade dos sujeitos que frequentam o espaço escolar, incluindo estudantes, professores e demais membros das equipes pedagógica e administrativa.

Observamos que a formação para as relações étnico-raciais exige a construção de novos paradigmas de conhecimento, onde as participações dos servidores da educação têm um papel indispensável para a prática pedagógica, pois os temas abordados e vivenciados nos ambientes escolares são temas universais vinculados ao desenvolvimento cultural, político e econômico. Deste

modo, as relações étnico-raciais e as práticas pedagógicas se apresentam indissociáveis no campo educacional.

Munanga (2010, p.46), sinaliza que “a construção das políticas sobre diversidade cultural e, ou étnico – racial é uma realidade que está na agenda de todos os países do mundo”. Deste modo, podemos afirmar que a discussão sobre temas voltados às igualdades raciais, está na pauta dos debates, pois ainda há enorme interesse de muitos países em analisar a educação diante da questão do reconhecimento das diferenças e da luta contra o racismo.

Percebemos então que os debates nos espaços escolares sobre as relações étnico-raciais devem ser articulados de modo que promova uma equidade e o fortalecimento das diferenças culturais, evitando assim, privilégios de certos grupos sociais pelas suas diferenças físicas e desfavorecendo outros.

De acordo com Munanga (2010, p.38) discutir a educação dentro do contexto de reconhecimento das diferenças e a luta contra os preconceitos raciais, perpassam por debates sobre a globalização, a afirmação das identidades regionais dentro do multiculturalismo, o papel da escola como grande mediador de relações humanas e, principalmente, os direitos sociais ou coletivos no sistema legal e no sistema escolar”.

A formação para as relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultural Afro-Brasileira e Africana se tornou obrigatório no currículo escolar de forma multidisciplinar com a implementações da Lei nº 10639/2003 e posteriormente da Lei nº 11.645/2008. Vivenciamos um momento de pandemia da Covid-19, com o Estado autoritário, necessitando assim, de mobilização da sociedade civil. Compreendemos desse modo, que a luta antirracista não é uma luta só de negro, mas de toda uma sociedade que luta por uma democracia no Brasil.

A formação para relações étnico-raciais se faz importante pois, o racismo sofrido pelo negro não é sentido apenas uma vez na vida, ele convive na sociedade sendo vítima de racismo que pode se apresentar de várias formas. Neste momento de pandemia os protestos ultrapassaram as fronteiras nacionais e viajaram pelo mundo e a palavra de ordem era “abaixo o racismo”, em momentos de quarentena, onde todos deveriam ficar em casa para o isolamento de acordo com as orientações dos órgãos de saúde.

Buscamos assim, uma educação para relações étnico-raciais que seja inclusiva, antirracista, pluricultural e universal, que fale de todos os povos, pois não podemos mais aceitar uma criança sair da sua família, ir para escola e se deparar com um livro, apostila ou discurso com conteúdo racista, pois muitas vezes ele não tem maturidade para resistir, começando o processo de alienação e silenciamento.

As histórias dos seus antepassados não eram contadas para as crianças negras na escola. Com a luta do Movimento Negro conseguimos algumas políticas públicas e a formação de educadores e servidores da educação é essencial neste momento que vivemos para promover nos espaços escolares uma educação antirracista.

Pelos dados apresentados todos os dias na mídia o racismo mostra sua faceta da letalidade, como a Covid-19, que tira o ar. O Estado que deveria proteger os povos negros, é o próprio que retira a vida pela violência máxima que é o tiro, desumanizando os mesmos. Devemos então, pela formação sobre as relações étnico-raciais humanizá-los, garantindo direitos, porque todas as vidas importam.

São 500 anos de desigualdade e as políticas de promoção de igualdade não ultrapassaram ainda 20 anos e temos um retrocesso gigantesco no momento atual, com a extinção do Ministério da Cultura. Nesse sentido, para reduzir as desigualdades sociais, o Estado precisa liberar recursos, desenvolver políticas para uma mesma renda per-capita entre brancos e negros. Não avançamos muito sobre a política da população negra e o povo está muito vulnerável durante esses momentos da pandemia da Covid-19.

Temos que ter clareza e vontade política para tratar o racismo e a igualdade racial. A Lei nº 13.182 de 06 de junho de 2014, no seu art. 2º & IV, V e VI define o racismo, o racismo institucional e a discriminação étnico-racial.

IV- racismo: ideologia baseada em teorias e crenças que estabelecem hierarquias entre raças e etnias e que historicamente tem resultado em desvantagens sociais, econômicas, políticas, religiosas e culturais para pessoas e grupos étnicos raciais específicos por meio da discriminação, do preconceito e da intolerância;

V – racismo institucional: ações ou omissões sistêmicas características por normas, práticas, critérios e padrões formais e não formais de diagnóstico e atendimento, de natureza organizacional e institucional, pública e privada, resultantes de preconceitos ou estereótipos, que resulta em discriminação e ausência de efetividade em prover e ofertar atividades e serviços qualificados às pessoas em função de sua raça, cor, ascendência, cultura, religião, origem racial ou étnica;

VI – discriminação racial ou discriminação étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica, incluindo-se as condutas que, com base nestes critérios, tenham por objeto anular ou restringir o reconhecimento, exercício ou fruição, em igualdade de condições, de garantias e direitos nos campos políticos, social, econômico, cultural, ambiental, ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

Para Benjamin (2006, p. 147) “é sobre os descendentes de africanos, portadores dos indicadores biológicos mais acentuados, que incidem o preconceito e a discriminação”.

De acordo com Souza (2010, p. 14) “Quando povos ou grupos sociais apresentam relativa semelhança cultural, linguística e possuem história e origens comuns, isso significa que pertencem à mesma etnia”. Nesse sentido, etnia é uma categoria construída socialmente e a mesma pode estar associada à raça quando são estabelecidos laços e símbolos culturais distintos a partir de características fenotípicas semelhantes do grupo étnico-racial.

A Lei nº 9 459, de 13 de maio de 1997, em seu art. 1º e 2º temos que:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Art 2º Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

No contexto de pandemia da Covid-19, a Educação a Distância (EAD) surge como alternativa pelos meios de comunicação como possibilidade de combate ao racismo. Transmissão de ideias e posturas que são tomadas com atitudes antirracistas. E essa relação das pessoas umas com as outras pelos meios de comunicação, através das tecnologias das informações e comunicações (TICs) possibilita formação, informação, discussão, reflexão e críticas.

A formação para as relações étnico-raciais no momento atual não é uma questão apenas didático-pedagógica, mas também de gestão que poderia proporcionar um plano integrado ao plano de educação dos municípios, dos Estados a cada uma das escolas, pois quem nasce orgulhosamente negro sabe o que é luta, sofrimento e com as experiências que vivenciam vão aprendendo a se defender, principalmente passando a usar as leis.

Para uma parte da população brasileira, o racismo não existe. Entretanto, somente quem sofre é que sabe. Muitos negros morrem todos os dias somente

pelo fato da cor da pele. A cor da pele é uma das características fenotípicas do povo negro, mas o racismo brasileiro tira as suas oportunidades, pois os mesmos sentem dificuldades de atendimento no comércio, na rede hospitalar, entre outros locais de atendimento ao público, pois muitas pessoas não dão atenção às pessoas negras, não as tratam bem, não as valorizam pelas suas profissões, muitas vezes é visto como ladrão da turma, e é destrutado por racistas.

Para RIBEIRO (2019, p. 51) “historicamente, a branquitude desenvolveu métodos de manutenção do que seria politicamente correto em relação à pauta racial e à reserva de espaço para o *negro único*, o que é uma de suas estratégias mais clássicas.”

Nesse sentido, não basta ter um único negro em determinados espaços de poder para dizermos que este espaço é livre de preconceito e não possui racismo. A herança do período escravocrata tornou os espaços de trabalhos brasileiros racista, situação que deve ser combatida pelas instituições escolares, apoiadas por políticas públicas, ações dos movimentos sociais e da comunidade escolar.

No Brasil temos uma democracia que não garante direitos. Devemos assim, ficar atentos porque o sistema racista se modifica. O olhar diferente para uma pessoa negra é uma marca do racismo a brasileiro. Lutamos por um mundo sem preconceito, de enfrentamento ao racismo. Para que em um futuro próximo todos sejam vistos como iguais.

Nos livros que contam a história do município de Jequié na Bahia, quase em sua totalidade não aparecem os negros na construção da história e cultura local, mesmo sendo moradores e participando efetivamente da construção social ao longo de sua história. Por que mesmo sendo grande parte da população eles não aparecem? É momento de contar a nossa história, e os cursos de pós-graduação proporcionam um ambiente favorável para a pesquisa, ensino e extensão, pois necessitamos ecoar o discurso afro-brasileiro.

Entendemos também, que a Universidade promove fronteiras, principalmente para com aqueles que não passaram pelo conhecimento escolar, mas a Universidade tem o compromisso de reverter o silenciamento, dando voz a história contada pelos membros da comunidade afro-brasileira.

Nos dias atuais devido a luta do Movimento Negro, os mesmos vêm abrindo os caminhos e um puxa o outro, precisando de muita força, pois lutamos

por uma equidade étnico-racial. É uma mudança de cultura do Brasil, onde os negros também perpassam pelos espaços de poder, de lazer, e no mercado de trabalho na sociedade multicultural.

Gomes (2017) destaca que:

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório (GOMES, 2017, p. 21).

Devemos assim, desafiar problemas estruturais, os problemas não são somente acontecimentos desse tempo. Por mais difíceis, assustadores que sejam, temos que trabalhar juntos, esperançosos, mobilizados e atuantes, para modificarmos a nossa sociedade, porque temos vontade de melhorar a realidade. Somos produtos de homens negros e mulheres negras com desejos também de perpetuidade da raça. O orgulho negro pressiona o sistema, fazendo o sistema mudar. Queremos uma sociedade mais equilibrada e mais justa onde os negros apresentem mobilidade social, visibilidade e possa ser escutado, porque é benéfico para o país, um ambiente mais plural.

GOMES (2017) define o Movimento Negro como:

As mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e cultura negras no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. (GOMES, 2017, p. 23)

De acordo com GOMES (2017, p. 38) o Movimento Negro ressignifica e politiza a raça, compreendendo a raça como construção da sociedade. O Movimento reeduca e emancipa a sociedade, o indivíduo e o Estado, produzindo conhecimentos e entendimentos novos sobre as relações étnico-raciais e o racismo brasileiro, em conexão com a diáspora africana.

Na contemporaneidade, está dentro das reivindicações do Movimento Negro em sua luta contra o racismo, a manutenção da verdadeira história da África, dos africanos e dos afro-brasileiros em território brasileiro. Assim, podemos dar visibilidade a fatos históricos e personagens importantes que foram

líderes das lutas em favor do povo negro. Devemos então recordar a história, vista pelo lado subalterno e não pelo lado do colonizador, pois sugiram novos personagens da história do Brasil devido as contribuições dos africanos para o desenvolvimento da humanidade e os personagens ilustres que se destacaram a favor dos menos favorecidos.

De acordo com BENJAMIN (2006) afro-brasileiro é um adjetivo usado para referir-se parcela significativa da população brasileira com ascendência parcial ou totalmente africana. O termo afro-brasileiro tem patrocinado uma calorosa discussão sobre quem representa, efetivamente, esse segmento populacional no Brasil. Principalmente depois dos posicionamentos oficiais em relação à reserva de vagas pelo sistema de cotas, para negros na universidade, concurso público, entre outras. Para Benjamin (2006, p. 147) “a identificação do afro-brasileiro pela cor da pele e outras características como a textura do cabelo, o aspecto da face (pronunciamento do nariz e dos lábios) não esgota a descendência africana no nosso povo”.

Benjamin (2006) sinaliza que a identidade étnica assumida positivamente é fundamental para a autoestima do negro e se constitui como uma estratégia necessária ao fortalecimento do seu grupo, nas lutas contra as injustiças sociais. São avanços e muitos desafios com a Lei 10 639, e tudo que resultou, pois com ela podemos fazer uma educação antirracista na escola.

Acreditamos em novos paradigmas educacionais voltados a transformação social e para isso necessitamos da união dos povos com características étnico-raciais diferentes, porque uma educação antirracista não se faz sozinha por um grupo étnico-racial, pois é uma lei emancipatória. Caminhos institucionais para conseguir uma educação antirracista envolve vários setores, para cada ação a uma resistência para que isso não aconteça. Temos que ter uma mudança de mentalidade, pois a educação sozinha não resolve, pois ela está em uma relação de poder.

A educação pós-pandemia tem que ser antirracista, devemos denunciar os casos de racismo, lutar para igualdade racial, trabalhar com a explicação na comunidade e em encontros mais temáticos com a educação antirracista e a tomada da democracia. Devemos conhecer e fazer conhecer a nossa raiz africana que está no jeito de se relacionar com os amigos, o modo como se

alimenta e os produtos que fazem parte da sua culinária. Queremos que nossa raiz africana seja conhecida, reconhecida e fortalecida.

De acordo com Gomes (2005, p.147)

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares / realidade social / diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras. E trabalhar com as essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar (GOMES. 2005, p.147).

Podemos dessa forma, por meio de ações construir na escola um ambiente participativo que contribua com novas formas de convivência e de respeito mútuo na comunidade escolar quilombola.

Candau (2008) nos afirma,

[...] que não há educação que não esteja imersa nos processos culturais do contexto em que se situa. Neste sentido, não é possível conceber uma experiência pedagógica "desculturizada", isto é, desvinculada totalmente, das questões culturais da sociedade. Existe uma relação intrínseca entre educação e cultura (s). Estes universos estão profundamente entrelaçados e não podem ser analisados a não ser a partir de sua íntima articulação (CANDAU. 2008, p. 13).

É momento de educar líderes, seja ele um estudante, um servidor da educação não-docente ou um professor afro-brasileiro para poder colaborar com os interesses coletivos das comunidades quilombolas. Devemos assim, buscar compreensões das nossas próprias raízes presentes na comunidade quilombola. Nossa geração tem que aprender a ser negro, tem que falar do que é ser negro, assumir a sua negritude para contribuir por meio de uma educação antirracista para a destruição de um sistema que foi estabelecido pelos europeus na sociedade brasileira.

Para Santiago (2000) no momento exato que se abandona o domínio do colonialismo econômico, compreende-se que é necessário inverter valores que definem os grupos em oposição e, talvez, questionar o próprio conceito de superioridade, pois apesar das diferenças econômicas e sociais, os diferentes povos podem se representar em equilíbrio e uma disputa.

Segundo Santiago (2000, p.11)

Desde o século passado, os etnólogos no desejo de desmitificar o discurso beneplácito dos historiadores, concordam em assimilar que a vitória do branco no Novo Mundo se deve menos as razões de caráter

cultural do que ao uso arbitrário da violência e à imposição brutal de uma ideologia, como atestaria a recorrência das palavras “escravo” e “animal” nos escritos dos portugueses e espanhóis. Essas expressões, aplicadas aos não-ocidentais, configuram muito mais um ponto de vista dominador do que propriamente uma tradução do desejo de conhecer (SANTIAGO, 2000, p.11).

Nesse sentido, é necessário indentificar as implicações epistemológicas do conceito de capitalismo na economia, política e dos estudos culturais. Com intuito de desenvolver o pensamento que está em crescente destaque na razão dos diferentes sujeitos que falam e que discordam e problematizam o eurocentrismo e de sua visão de mundo, de história e de ser humano que oculta imposições políticas e econômicas.

A oportunidade de decolonizar pode proporcionar a população que foi imposta durante anos um modelo de sujeito, uma superação da produção intelectual ocidental e de seus interesses econômicos internacionais. Com isso, surge um pensamento crítico de uma perspectiva contra hegemônica.

De acordo como Spivak (2010) o decolonial se apresenta como uma ferramenta política, epistemológica e social de construção de instituições e relações sociais realmente pautadas pela superação das opressões e das estruturas que conformam uma geopolítica mundial com grande desigualdade.

De acordo com Santiago (2000, p. 13-14) na segunda metade do século XVI no Brasil os jesuítas e os conquistadores europeus colocaram para os indígenas não só a doutrina religiosa, mas também a língua europeia. Com intuito de influenciar no pensamento selvagem através da intransigência, astúcia e à força dos brancos. Provocando no povo indígena a perda da sua linguagem e de sua religião pela imposição europeia.

A língua europeia também foi imposta aos negros que foram trazidos ao território Brasileiro, bem como a exclusão social, a discriminação racial e a miséria, influenciando na vida política, socioeconômica e cultural dos afro-brasileiros.

Para Santiago (2000, p. 14) “Evitar o bilinguismo significa evitar o pluralismo religioso e significa também impor o poder colonialista. Na álgebra do conquistador, a unidade é a única medida que conta.” Com isso, percebe-se que a origem e seu espaço social e cultural são apagados ou modificados pelos conquistadores que transformam a colônia com a visão de mundo ocidental.

De acordo com Quijano (2000) raça, gênero e trabalho foram as três linhas principais de classificação que constituíram a formação do capitalismo mundial colonial, pois são nessas três frentes que as relações de exploração/ dominação/ conflito estão ordenadas. Para o autor:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2000, p. 342).

Para Nelson Maldonado-Torres (2007, p.131)

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação, o que constitui a referida nação em um império. Diferente desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, apesar do colonialismo preceder a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

De acordo com Oliveira e Candau (2010) o colonialismo é mais do que uma imposição política, militar, jurídica ou administrativa. Na forma da colonialidade, ele chega às raízes mais profundas de um povo e sobrevive apesar da descolonização ou da emancipação das colônias latino-americanas, asiáticas e africanas nos séculos XIX e XX.

Walter Mignolo (2007) nos orienta que o nascimento da decolonialidade ocorreu com a fundação da modernidade / colonialidade, por meio da resistência dos povos indígenas e afro-caribenhos.

Segundo Oliveira e Candau (2010) a proposta de uma pedagogia decolonial e de interculturalidade crítica requer a superação tanto de padrões epistemológicos hegemônicos no seio da intelectualidade brasileira quanto a afirmação de novos espaços de enunciação epistêmica nos movimentos sociais.

Devemos então promover ações educativas que se opõem ao ideal colonial de poder, construindo assim, uma genealogia do pensamento decolonial

capaz de recuperar os conhecimentos erradicados pela influência do colonizador de diversas formas.

No entanto é necessário romper pelo resgate a originalidade, resgatando essa memória que orienta o rompimento da ideologia ocidental imposta com a colonização. É preciso potencializar uma visão de sujeito que se posiciona contrário ao discurso colonial hegemônico e que seja capaz de identificar atos da colonialidade do poder, ser e saber e representar-se com atitudes das suas próprias experiências econômicas, políticas, culturais e de produção do conhecimento decolonial.

De acordo com Santiago (2000, p. 16) o código linguístico e o código religioso foram dois sistemas que contribuíram de forma efetiva a propagação da cultura ocidental. A desmitificação do discurso histórico, se apresenta como fundamental para recuperação cultural dos povos colonizados, pelo entendimento da presença do imperialismo cultural que o influenciou.

Santiago (2000, p.23) comenta que

O papel do escritor latino-americano, vivendo entre a assimilação do modelo original, isto é, entre o amor e o respeito pelo já-escrito, e a necessidade de produzir um novo texto que afronte o primeiro e muitas vezes o negue (SANTIAGO, 2000, p.23).

Santiago (2000, p. 26) nos alerta que

a eficácia de uma crítica não deve ser medida pela preguiça que ela inspira; pelo contrário, ela deve descondicionar o leitor, tornar impossível sua vida no interior da sociedade burguesa e de consumo. A leitura fácil dá razão às forças neocolonialistas que insistem no fato de que o país se encontra na situação de colônia pela preguiça de seus habitantes. O escritor latino-americano nos ensina que é preciso libertar a imagem de uma América Latina sorridente e feliz, o carnaval e a *fiesta*, colônia de férias para turismo cultural (SANTIAGO, 2000, p.26).

Lobato (2011, p. 01) “aponta que nossa encruzilhada étnica nos fez herdeiros de uma ancestralidade de comportamento festivo e que a sisudez nos foi imposta pela colonização predatória”. O mesmo apresenta o lúdico como uma cultura que possuem a arte em especial a dança, como um caminho para revelação do nosso corpo – ludo- biográfico que pode surgir dos seus espaços perdidos, reconhecendo em si mesmo, as leis que o governam e ser capaz de sua própria criação fechada e autossuficiente, ou seja, sem sofrer influência de outros sistemas ou subsistemas, sendo capaz solucionar sozinho os conflitos que forem estimulados no seu interior.

Lobato (2011, p. 01) “propõe a cultura lúdica para desconstruir o *Mito do Homem Sério*, paradigma construído na modernidade, no qual o cientificismo desconsiderou o saber-fazer aprendido por meio da oralidade e pelos costumes”. Na qual a razão passa a transmitir seriedade e confiabilidade ao sujeito, divergindo dos seres considerados desocupados por brincar, jogar e rir. Esse modo de pensar caracteriza o ser com status e sendo assim, ético e de moral na sociedade o ser que não brinca.

Ainda de acordo com Lobato (2011, p. 02) nós brasileiros “somos rastros de culturas africanas e indígenas em que a comunicação por excelência acontecia no ambiente festivo, por meio dos gestuais, da música e da dança”.

Para Lobato (2011, p. 03)

Uma cultura lúdica não deve ser confundida como lazer nem com “tempo livre” ou passatempo. É uma atitude e pressupõe estratégica com ações e intenções claramente definidas para fazer frente ao sentido rígido da moral em declínio e da farsa do “*homem sério*”. Para o mesmo o homem tem que inovar, criar e surpreende-se se socializando a partir da aproximação de autores de sua própria história.

Lobato (2011, p. 02) afirma que o lúdico “existe em potencial em todos os indivíduos e será expandido a partir de processos de aprendizagem e das diferentes interações do sujeito com a vida e com a sociedade”. Nesse sentido, percebemos que nossa ancestralidade pratica um comportamento lúdico diante de desafios que pode os tornar inovador, criador e autônomo. Fortalecendo assim, sua função social e cultural. Mas sem função moral e livre de vícios e virtudes.

Segundo Lobato (2011. p.5)

Cada indivíduo pode ser autor legítimo de sua escritura corporal, revelando sua Corpo-ludo-biografia, uma metodologia desconstrucionista e transdisciplinar em dança que, a partir do afrouxamento das singularidades encarnadas, busca alcançar o sujeito enquanto elemento ludo-expressivo. Essa proposta metodológica, em vez de investigar como a personalidade molda o movimento, busca, no caminho inverso, descobrir como ele pode lidar com as diferenças tornando-o mais capaz de se comunicar e se inscrever no meio ambiente e na sociedade. Isto significa propor a desconstrução do homo docilis, “homem sério catequizado” para emergir suas memórias encarnadas, que no nosso caso vai desvelar um caráter festivo ancestral.

Então no Brasil que sofreu processo de colonização, no qual corpos foram castigados e impostos a punições entre elas a corporal, Lobato (2011, p. 04) nos alerta que “a corporeidade deveria ser considerada como base inicial de qualquer

Programa de Educação”. Proporcionando assim, por meio do campo de conhecimento da Arte a autonomia do sujeito capazes de entender as diferenças e experimentar no discurso as complexidades dos sujeitos. Com intuito de combater a sisudez do *Homem sério catequizado* que permanece impregnado em nossa sociedade reforçado pelo caráter adestrador da Educação.

Para GOMES (2017, p.97) os corpos negros emancipados se distinguem e se afirmam no espaço público, transmitindo sua ancestralidade africana recriada e ressignificada em território brasileiro, por meio da construção política da estética e da beleza negra, da dança como expressão e libertação do corpo, da arte como forma de expressão do corpo negro, de suas roupas, do seu jeito de se vestir, dos cabelos crespos e de seus penteados afros.

Nesse sentido, é necessário que o latino-americano entre em confronto com a submissão do código religioso, linguístico e artístico com intuito de realizar um discurso com representatividade afro-brasileiro original e emancipado. Procuramos assim, transcender, transgredir e insurgir a colonialidade, na face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder.

2.2- A Educação Escolar Quilombola e as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola.

Segundo as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola (2013, p.05)

A Educação Escolar Quilombola destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas, abrangendo as etapas e modalidades da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação do campo, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação de jovens e adultos, inclusive na Educação a Distância. Organiza o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se na memória coletiva, nas línguas reminiscentes, nos marcos civilizatórios, nas práticas culturais, nas tecnologias e formas de produção de trabalho, nos acervos e repertório orais, nos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país e na territorialidade.

Nesse sentido, deve-se proporcionar aos estudantes quilombolas o direito de apropriação dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, de modo que contribua com seu reconhecimento, valorização e continuidade.

Segundo as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola (2013. P.10) art.1º & IV a Educação Escolar Quilombola deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas como quilombolas, rurais e urbanas, pelos órgãos públicos responsáveis, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos de territórios quilombolas.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, as Escolas Quilombolas são as que estão em território quilombola e a Educação Escolar Quilombola compreende a educação praticada nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

Assim, percebemos que na Educação Escolar Quilombola, deve-se também trabalhar a identidade, a cultura e a memória da comunidade, a partir da história de luta e resistência dos povos quilombolas, bem como seus valores, sua realidade contemporânea, seus referenciais e marco civilizatórios.

Para as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola (2013. P.17), título III sobre a definição e organização da Educação Escolar Quilombola. Em seu art.10 I & II e deve-se:

I - garantir a alimentação escolar, na forma da Lei e em conformidade com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas, preferencialmente com a aquisição de produtos da agricultura familiar quilombola.

II - respeitar os hábitos alimentares do contexto socioeconômico-cultural-tradicional das comunidades quilombolas.

Segundo as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola no seu art. 11:

O Estado e os municípios integrantes do sistema estadual de ensino deverão prover as escolas com profissionais de apoio escolar oriundos das comunidades quilombolas para produção da alimentação escolar, de acordo com a cultura e hábitos alimentares das próprias comunidades.

Podemos nos referir ao termo Quilombo segundo Souza Junior, Barbosa e Velame, (2013. P, 07)

Quilombo é uma palavra originada das muitas línguas africanas como tantas outras que conhecemos como camarada, quitanda, calunga,

canga, dendê, samba, etc. No Brasil, como em outras partes do mundo fora do continente africano, passou a significar a história de luta pela liberdade e resistência dos africanos e seus descendentes ao redor de dois conceitos: terra e ancestralidade. (SOUZA JUNIOR; BARBOSA; VELAME, 2013. P, 07)

Ainda de acordo com Souza Junior (2013. P, 07) “os quilombos são espaços coletivos construídos pelas pessoas tendo como referência a natureza”. Nesses espaços as redes de solidariedades construídas ao longo de suas vidas os mantêm vivos. No Brasil os quilombos surgiram onde houve escravidão.

Para Nascimento (1980, p. 32)

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivências de povos africanos que se recusavam a submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, como defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da comunidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural. (Nascimento, 1980, p. 32)

Nascimento (1980) ainda nos diz que os negros escravizados lutaram e lutam no Brasil desde o século XVI em núcleos de resistências em combate a condição de escravizados. Dentre esses núcleos podemos destacar o Quilombo dos Palmares, a Revolta dos Alfaiates, Balaiada (no Maranhão), Revolta dos Malês, entre outros que lutam por liberdade antes e depois da abolição da escravatura.

Os Quilombos brasileiros possuíam diversas estratégias de lutas, em busca da liberdade e contra a dominação, a negação de direitos, preconceitos, desigualdades e racismo, pois os mesmos se constituíram como grupos sociais-políticos-militares que lutaram contra o sistema escravocrata.

Nos dias atuais os negros remanescentes de quilombos que resistiram por gerações enfrentando, senhores de engenhos, filhos dos senhores de engenho, agora enfrentam fazendeiros e de certa forma o governo, pela falta de políticas públicas e descumprimento, enfraquecimento ou extinção das existentes, conquistadas com muita luta pelo movimento negro.

De acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB),

O currículo, em seus múltiplos sentidos e conceitos, tem significativa centralidade nas discussões e atividades pedagógicas, no âmbito das Unidades Escolares e nos diversos órgãos que gerenciam os Sistemas Educacionais. A função desse documento é se constituir como ponto de partida, diálogo e convergência entre as diversas propostas

educacionais do nosso Estado, múltiplo e diverso, com singularidades e identidades que não podem ser desconsideradas (DCRB, 2019, p. 08).

Nesse sentido, o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB) promove aos estudantes o direito de aprender e de construir projetos de vida com a valorização da diversidade e dos diferentes contextos sociais presentes em cada um dos territórios de identidades baianos.

O Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental (DCRB, 2019, p. 32) prevê também em sua constituição abertura e flexibilidade para que as escolas e seus educadores possam conjugar outras experiências curriculares, pertinentes e relevantes, tendo como critério para escolha pedagógica dessa conjugação modelos curriculares pautados em pedagogias ativas e de possibilidades emancipacionistas que devem permear os projetos políticos-pedagógicos e horas dedicadas ao objetos das aprendizagens da comunidade escolar.

Segundo o Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental

A Educação Escolar Quilombola (EEQ) exige pedagogia própria, respeito à especificidade étnico-cultural, ao contexto local e ao percurso histórico de cada comunidade, observando os princípios constitucionais e os princípios que regem a educação básica brasileira, tanto nas escolas quilombolas como nas escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas. Surge da pressão do movimento negro, do movimento quilombola e das comunidades por um sistema educacional condizente com anseios e lutas: pelo combate ao racismo, pela terra, pela territorialidade, pelo território ancestral, pela valorização da identidade e pertencimento no campo e na cidade, demarcando a temática dessa modalidade e dos quilombos, de forma geral, no cenário político, econômico, ambiental e social (DCRB, 2019, p. 61).

Nesse contexto, a Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em sua cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico cultural de cada comunidade quilombola e formação específica para seu quadro de funcionários, observando os princípios constitucionais, a base nacional comum curricular e as diretrizes e princípios que norteiam a educação básica no Brasil.

Um passo importante para a valorização e reconhecimento das pessoas afro-brasileiras nas escolas no Brasil se deve também à inserção dos artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB).

- Art. 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

- Art. 79-B: O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003). Desse modo a temática afro-indígena deve ser inserida no conteúdo programático oficial, não como uma disciplina nova, mas incluídas nas disciplinas já existentes de maneira a despertar o interesse dos alunos por outras culturas e outros povos de um modo agradável e não cansativo.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2004, p.21), para que tal ensino seja inserido na grade curricular, é necessário assumir alguns princípios:

- Primeiro princípio: consciência política e histórica da diversidade, para conduzir à igualdade básica do ser humano como sujeito de direitos; à compreensão de que a sociedade é formada por pessoas que pertencem a grupos étnico-raciais distintos, que possuem cultura e história próprias, igualmente valiosas e que, em conjunto, constroem, na nação brasileira; ao conhecimento e à valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira; à superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e, também, as classes mais baixas da sociedade são tratados; à desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento, pelo mito da democracia racial;
- Segundo princípio: fortalecimento de identidades e de direitos que deve orientar para o desencadeamento do processo de afirmação de identidades, da historicidade negada ou distorcida; o rompimento com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação contra os negros e os povos indígenas; a ampliação do acesso a informações sobre a diversidade da nação brasileira, provocada por relações étnico-raciais; as excelentes condições de formação e de instrução, que precisam ser oferecidas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em todos os estabelecimentos, inclusive os localizados nas chamadas periferias urbanas e nas zonas rurais;

- Terceiro princípio: ações educativas de combate ao racismo e a discriminações, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças; condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças; valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, como por exemplo, a dança, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura; educação patrimonial, aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando preservá-lo e difundi-lo; o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais na construção da nação brasileira.

Então, a partir dos princípios, podemos identificar que o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, deve ser inserido no ambiente escolar abrangendo diferentes modalidades de ensino bem como conteúdos diversos, sem prejuízo das demais atividades curriculares. Podendo ser trabalhado de maneira disciplinar ou interdisciplinar, em qualquer conteúdo dentro da sala de aula ou em outros espaços escolares a exemplo dos laboratórios de ciências e de informática, biblioteca, áreas de recreação, quadra poliesportiva, dentre outros espaços.

De acordo com a Constituição Federal de 1888, no seu art.205: A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E também no seu capítulo VI do art. 206 é autorizada a gestão democrática do ensino público, em forma de lei em um de seus princípios.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei nº 9394/96), no seu art.12 & I, art. 13 & I e no art. 14 & I e II, autoriza legalmente à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico e também define normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os princípios determinados pelo art.14:

- I. Participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;
- II. Participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares equivalentes.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013), em seu capítulo alusivo à Educação Escolar Quilombola, temos que:

Sendo, concomitante, um processo e um documento em que se registra o resultado das negociações em parceria (gestores, professores, técnicos e demais funcionários, representação estudantil, representação da família e da comunidade local), o PPP deverá expressar as especificidades históricas, sociais, culturais, econômicas e étnico-raciais da comunidade quilombola na qual a escola se insere ou é atendida por ela.

O PPP diz respeito ao planejamento, o qual é mais do que uma ação técnica, ou melhor, é antes de tudo política. Portanto, o PPP das escolas quilombolas e das escolas que atendem os estudantes oriundos de territórios quilombolas deverá ser uma proposta “transgressora” que induza um currículo também transgressor, que rompa com práticas ainda inflexíveis, com os tempos e espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender, com a visão estereotipada e preconceituosa sobre a história e a cultura de matriz afro-brasileira e africana no Brasil. Deverá ainda tematizar, de forma profunda e conceitualmente competente, as questões do racismo, trabalho, a memória e a oralidade.

As Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola (2013. P.06) sinaliza que:

Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola precisam ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação ao seu projeto político-pedagógico. A gestão escolar deve ser desenvolvida de forma democrática, com avaliação coletiva do desempenho da escola e ampla participação da comunidade escolar e da comunidade quilombola.

É importante percebermos que esses documentos construídos coletivamente na comunidade escolar quilombola possibilitam um trabalho transdisciplinar em espaços escolares contendo características, trajetórias e relações territoriais das comunidades quilombolas a partir de seus próprios percursos histórico-culturais vivenciados. Dessa forma, a escola contribuirá com a luta por uma educação escolar quilombola, com o fortalecimento de políticas públicas quilombolas, pela manutenção e/ou resgate de modos de vida tradicionais, pela manutenção do patrimônio cultural, entre os fatores que expressam o jeito de ser, viver, produzir e permanecer.

A Lei 13 005 / 2014, que aprova em seu Art. 1º O Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, apresenta no seu Art. 2º as diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo ; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Percebemos que a Lei 13 005/2014 em suas diretrizes mencionam a necessidade dos Estados e municípios valorizarem os (as) profissionais da educação; implementar a gestão democrática nas escolas, a formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; bem como, promover os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

No Plano Nacional de Educação vigente apresenta diretrizes, metas e estratégias que devem ser seguidas em um ambiente democrático, participativo e colaborativo para elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De acordo com a Lei 13 005 / 2014 em seu Art 8º

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei. § 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que: I - assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais; II - considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural; III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades; IV - promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais. § 2º Os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Verificamos que Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem também ter como estratégia uma maior articulação das políticas educacionais

com as demais políticas sociais, particularmente as culturais com intuito de melhor atender às necessidades específicas das comunidades quilombolas, assegurando assim, equidade educacional e a diversidade cultural.

A Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, nos alerta a necessidade de a Educação Escolar Quilombola seguir uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao indicar no seu artigo:

Art. 38 A organização curricular da Educação Escolar Quilombola deverá se pautar em ações e práticas político-pedagógicas que visem:
II- A flexibilidade na organização curricular, no que se refere à articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada, a fim de garantir a indissociabilidade entre o conhecimento escolar e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas (BRASIL 2012, p 14).

De acordo com Brasil (2018) a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta a construção dos currículos das redes de ensino estaduais e municipais de todo o Brasil, e vem definindo o conjunto de aprendizagem essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, assegurado os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, alinhado com o Plano Nacional de Educação (PNE).

Para Brasil (2018) os currículos devem,

selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc. (Brasil, 2018, p.15).

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no que se refere a igualdade, diversidade e equidade,

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais (BRASIL, 2018, p. 13).

Dentre as competências gerais da BNCC, que articula a construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidade, buscando a formação de atitudes e valores, destacamos a competência que procura,

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p.08).

Concluimos então, que os currículos de Escolas Quilombolas devem ser baseados na BNCC, dentre outros documentos oficiais com intuito de assegurar as aprendizagens essenciais para cada etapa da Educação Básica. Sendo possível a adequação dos mesmos com a realidade local de cada comunidade quilombola, permitindo assim, a autonomia das redes de ensino e das escolas, para promover a contextualização dos componentes curriculares. oferecendo assim, um processo de ensino-aprendizagem significativo e crítico.

2.3 Legislação vigente sobre educação étnico-racial

O dia 20 de novembro é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra, o mesmo foi oficializado pela Lei nº 12.519, em 10 de novembro de 2011. A data recorre à memória e luta dos afrodescendentes contra a exclusão, o racismo, o preconceito e a desigualdade social decorrentes de quatro séculos de escravidão africana no Brasil. O referido dia faz referência a morte do líder negro quilombola Zumbi dos Palmares, que foi morto com 40 anos de idade no ano de 1695, após diversas expedições militares realizados para destruir o Quilombo dos Palmares. O assassinado ocorreu pelo bandeirante capitão Furtado de Mendonça, a mando de Domingos Jorge Velho que consideravam a região quilombola um risco para manutenção do sistema escravocrata.

Zumbi dos Palmares foi um homem negro filho de africanos escravizados em território brasileiro, nasceu no Quilombo dos Palmares, e durante o período do Brasil colônia foi um dos últimos líderes do Quilombo dos Palmares, localizado no atual Estado de Alagoas.

O afro-brasileiro líder dos Palmares lutou pela liberdade de negros escravizados no Brasil, comandou vários combates por anos lutando para manter, crescer o quilombo defendendo-o para que o mesmo não fosse destruído pelos colonizadores, mantendo assim vários negros libertos da escravidão; lutou para preservar a cultura dos negros afro-brasileiros e africanos que conseguiam fugir da escravidão; firmou tratados de paz com as autoridades locais seguindo o exemplo de seu tio Ganga Zumba, que também chefiou o quilombo.

No Quilombo dos Palmares moravam escravos negros fugidos das fazendas de cana de açúcar que resistiam à escravidão no nordeste brasileiro. Zumbi se tornou um mito no nordeste brasileiro, as lutas ocorreram principalmente nos Estados de Alagoas e Pernambuco. Por volta de 1630, quando os holandeses tentaram ocupar o Brasil atacando Salvador e mais tarde Recife, muitos escravos aproveitaram a confusão para fugir e Palmares teve um grande incremento populacional.

A grande população (para se ter uma ideia, a maioria das cidades brasileiras não tinha mais que 3 mil habitantes na época), o amplo conhecimento do território, a existência de uma estrutura de produção de alimentos e pequenas manufaturas no quilombo e de um exército, a dificuldade dos portugueses em manter uma linha de suprimento entre o litoral e o local de batalha, associada ainda ao baixo contingente das tropas coloniais, tudo isso contribuiu para que o Quilombo dos Palmares resistisse por tanto tempo.

Numa sociedade que tinha a escravidão como base da produção era muito difícil que a aristocracia rural nordestina aceitasse a existência perto de suas cidades de um Estado independente, comandados por negros livres e militarmente organizados, onde se cultivava a terra para produzir alimentos para a comunidade. Tudo isso, juntamente com as inúmeras incursões militares malsucedidas levaram a aristocracia nordestina da época a considerar seriamente a possibilidade rebelião entre os escravos.

Em 1678, o governador da capitania de Pernambuco chegou a fazer uma oferta de paz ao Quilombo. Os quilombolas seriam libertados (na ótica da Coroa, ainda eram escravos), desde que se submetessem à autoridade da capitania. O Quilombo não aceita. As expedições militares prosseguem. Numa delas, o menino Zumbi dos Palmares, que nascera livre em Palmares em 1655, fora capturado e entregue a um religioso, com quem aprendera português e latim. Zumbi, em alguns anos, retorna. Em 1675, quando tinha 20 anos, ele e seus comandados impuseram aos portugueses uma das maiores derrotas militares do confronto.

Quinze anos mais tarde, a capitania reúne recursos para montar uma nova expedição, desta vez formada por bandeirantes paulistas, sob o comando de Domingos Jorge Velho. Esse foi o capítulo considerado mais sangrento da história de Palmares. Foram cinco sangrentos anos de conflito.

Segundo Lima, Melo e Vasconcelos (2012, p.22), Palmares “floresceu entre o final do século XVI e meados do século XVIII, na capitania de Pernambuco, então polo de engenhos de açúcar”.

E Palmares não era uma localidade apenas. Ao longo dos anos foram sendo formados diversos núcleos que se articularam entre si. No ataque derradeiro, foram relacionados 19 deles. Cada uma tinha um nome, mas o conjunto se chamava Ngola Janga, e havia aquele considerado capital, centro político e admirativo onde residiram seus famosos líderes: Ganga Zumba e Zumbi. E já apareciam mocambos palmaristas além do Sergipe, nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Sul. (LIMA, MELO E VASCONCELOS. 2012, p.23)

Zumbi foi considerado pelos membros do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, em um congresso realizado em 1978 como um símbolo da luta e resistência dos negros escravizados no Brasil e da luta por direitos dos afrodescendentes. Nesse sentido, Zumbi se tornou um símbolo de luta dos negros. Podemos perceber que a luta dos negros gerou algumas políticas públicas a exemplo da Lei nº 10 639 de 09 de janeiro de 2003 que atribuiu o dia 20 de novembro ao dia da consciência negra no Brasil, pela alteração da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

Nessa Lei, ficou estabelecido que as escolas iriam reafirmar a consciência negra e incluir nos seus currículos os seguintes conteúdos programáticos: o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros do Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Nesse sentido, a Lei Federal 10.639 institucionalizou o ensino de História e Cultura Afro-brasileiro e Africano.

O nome de Zumbi também é recomendado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como exemplo de personalidade negra a ser trabalhada em sala de aula pela sua luta dentro do movimento negro brasileiro.

Segundo BRASIL (2013), na educação brasileira, as iniciativas para estabelecer uma educação plural e inclusiva percorreu por todo o século XX. Na década de 40, o Teatro Experimental do negro, liderado por Abdias do Nascimento, discutiu a formação global das pessoas negras, indicando políticas públicas que se apresenta como uma das primeiras propostas de ação afirmativa

no Brasil. No Movimento Negro, a Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e a vida, em 1995, representou um movimento de maior aproximação e reivindicação com propostas de políticas públicas para a população negra, inclusive com políticas educacionais, sugeridas para o Governo Federal.

Segundo Malomalo (2017, p. 253)

Os movimentos negros ao longo da história do Brasil, têm orientado suas ações levando em conta suas dimensões socioeconômicas e socioculturais. A justiça social e a igualdade racial sempre conduziram o sonho pela liberdade, desde as lutas de Quilombo de Palmares, passando pelos movimentos negros dos anos de 1915-1945 e os contemporâneos. (MALOMALO. 2017, p. 253)

Nesse sentido, a luta do movimento negro direcionou ações que em determinado momento da história do Brasil mobilizou o poder público a se interessar por pautas, que dirigiram suas atenções na implementação de políticas públicas de ações afirmativas, minimizando assim, a dificuldade que o poder público tem em lidar com temas relacionados aos menos favorecidos ao longo da história que norteiam o interesse nacional.

No governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que ocorreu na primeira década do segundo milênio (2003-2010) foi instituído a Lei nº 10 639 de 09 de janeiro de 2003, alterando a Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Passando a vigorar com os seguintes acréscimos nos Artigos 26^a e 79B.

Com isso percebemos que a igualdade social, a inclusão do negro na sociedade, a religião e a cultura afro-brasileiras, dentre outros, estão entre os conhecimentos que proporcionam subsídios de pertencimento e que conduz os estudantes a prosseguir nos estudos e utilizá-los em situações do cotidiano.

Segundo a Lei nº 11 645 de março de 2008 que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

Por meio dessas determinações podemos afirmar que a educação brasileira foi melhorada por incorporar ao seu cotidiano princípios de promoção da igualdade étnico-racial, valorizando a história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira e da diversidade na construção histórica e cultural do Brasil.

Entretanto foi no governo de Dilma Rousseff por meio da Lei nº 12.519 de 10 de novembro de 2011, que o dia 20 de novembro data da morte do líder negro Zumbi dos Palmares foi confirmado como o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, sem obrigatoriedade desse dia ser feriado. Assim, vários estados e municípios institucionalizaram o dia como feriado, mas na cidade de Jequié na Bahia onde está localizado o Quilombo Barro Preto não é feriado nem municipal e nem estadual.

A Lei nº 13.182 de 06 de junho de 2014, no seu art. 1º institui o Estatuto da igualdade racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, defesa de direitos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e demais formas de intolerância racial e religiosa. E no seu art. 2 define população negra como o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito de cor e raça utilizado pela fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou que adotam autodefinição análoga.

De acordo com a Lei nº 13.182 de 06 de junho de 2014, no seu capítulo II, art. 23º e 24

Art. 23º: Fica assegurada a participação da população negra em igualdade de oportunidades nos espaços de participação e controle social das políticas públicas em educação, cabendo ao poder público promover o acesso a população negra à educação em todas as modalidades de ensino, abrangendo o Ensino Médio, Técnico e

Superior, assim como os programas especiais em educação, visando a sua inserção nos mundos acadêmicos e profissional.

Art 24: O Estado adotará ações para assegurar a qualidade do ensino da História e da Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nas unidades do Ensino Fundamental e Médio do Sistema Estadual de Ensino, em conformidade com o estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando a estrutura e os meios necessários à sua efetivação, inclusive no que se refere à formação permanente de educadores, realização de campanhas e disponibilização de material didático específico, no contexto de um conjunto de ações integradas com o combate ao racismo e à discriminação racial nas escolas.

Assim, percebemos que a formação de servidores da educação para a educação étnico-racial em comunidades quilombolas se faz necessário para ajudar na efetivação das leis e na concretização dos ideais do movimento negro dentro e fora do espaço escolar.

Verifica-se que é necessário que a população brasileira observe a África, os africanos, o Brasil e os afro-brasileiros com um outro olhar para que ocorra a construção de um ambiente democrático, ético e justo. Tendo como obrigação do Estado a proteção das manifestações culturais, das memórias coletivas e de ações educacionais da cultura afro-brasileira, bem como dos demais grupo étnico - raciais.

2.4 Tecnologia da educação e a formação de servidores da educação

Grandes mudanças aconteceram nos contextos sociais durante o avanço da pandemia, da COVID -19 no Brasil. Sendo necessário a busca de estratégias para a continuação da formação inicial de estudantes da Educação Básica e Educação Superior, bem como, da formação continuada oferecida pela pós graduação e pelos cursos de extensão e de eventos acadêmicos, a exemplo dos encontros, mesa-redonda, seminários, minicursos, workshop, entre outros.

Vivenciamos um período pandêmico bastante complexo e repleto de incertezas, intolerâncias e divergências que afastaram as pessoas e deram novos rumos antes nunca percorridos.

O ensino EaD é “entendida como um processo educativo que envolve diferentes meios de comunicação capazes de ultrapassar os limites de tempo e espaço e permitir a interação dos sujeitos com as diversas fontes de informação” (SALES, 2010, p.21).

Nesse período pandêmico a educação presencial tentando diminuir os impactos na aprendizagem dos estudantes passou a apresentar modelos de ensino não presenciais, por meio do ensino remoto, devido à recomendação dos órgãos de saúde a população pelo isolamento social, com intuito de diminuir a transmissão do vírus e reduzir o número de casos e de mortes. No ensino remoto utiliza-se a transmissão das aulas em tempo real, onde alunos e professor interagem em tempo pré-determinados sendo os mesmos estabelecidos pelo ensino presencial.

Temos então, na EaD um ambiente virtual de aprendizagem o AVA, onde o espaço/tempo é administrado de acordo com as demandas diversificadas de cada estudantes, que cumpre suas tarefas e estudos dos componentes curriculares dentro de um cronograma pré-estabelecidos, ou seja, os estudantes podem acessar material, participar de fórum, assistir vídeos aulas, verificar, realizar e postar atividades, dentre outras demandas em espaço e tempos que o convém dentro de um cronograma e são assessorados por tutores que acompanham a flexibilidade dos alunos.

Assim, a tecnologia se tornou um instrumento indispensável que de acordo com Morin (2010):

Com a tecnologia, inventamos modos de manipulação novos e muito sutis, pelos quais a manipulação exercida sobre as coisas implica a subjugação dos homens pelas técnicas de manipulação. Assim, fazem-se máquinas a serviço do homem e põem-se homens a serviço das máquinas. E, finalmente, vê-se muito bem como o homem é manipulado pela máquina e para ela, que manipula as coisas a fim de libertá-lo. (MORIN, 2010, p. 109)

Nesse contexto, percebemos que o webinar se tornou um meio de formação continuada por parte dos profissionais interessados que se encontravam sobre o isolamento social.

O Webinar é um seminário realizado na internet, foi muito utilizado durante o período da Covid-19, no contexto educacional, por ser uma videoconferência capaz de dialogar com os interessados pelo tema dentro de um processo de ensino-aprendizagem transmitida on-line em um tempo pré-determinado.

Ambientes virtuais que oferecem videoconferência de nível educacional a exemplo do Google Meet, que surgiu em 2017 e se popularizou com a pandemia da Covid-19, devido o insolamento social imposto à população

mundial, foi muito utilizado por estar disponível para todos os profissionais da educação que possuíam internet e computadores possibilitando inúmeras experiências pedagógicas. Efetivando assim, os processos de formação, comunicação, interação e colaboração com a educação para as relações étnicos-raciais.

De acordo com as ideias de Moran (2003, p 39) “pode-se definir educação online como o conjunto de ações de ensino/aprendizagem desenvolvidas por meios telemáticos, como a internet, a videoconferência e a teleconferência”.

A videoconferência é bastante utilizada como mediação tecnológica Segundo Sales (2010).

Videoconferência - [...] Constitui-se em uma discussão que permite o contacto visual e sonoro entre pessoas que estão em lugares diferentes, dando a sensação de que interlocutores encontram-se no mesmo local. Permite não só a comunicação entre um grupo, mas também a comunicação pessoa - a -pessoa (SALES, 2010, p15).

Com a necessidade de interatividade para construção dos saberes, foi necessário no momento pandêmico buscar no ciberespaço que é “toda a estrutura virtual transnacional de comunicação interativa” (RAMAL, 2002,p.65), possibilidades de atuação na docência. Abrindo assim, novas relações de formação das pessoas com a utilização das tecnologias.

Sabemos que as Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) vêm influenciando o modo de vida dos seres humanos, especialmente do ponto de vista social. Na pandemia verificamos as dificuldades das famílias e do Estado em oferecer a inclusão digital para muitos estudantes que não apresentavam aparelhos tecnológicos, a exemplos dos tabletes, smartphones, notebooks, computadores, entre outros que possibilitam o acesso aos ambientes vituais de aprendizagem e a vidiokonferências promovidas por professores pelo Google meet.

“A comunicação triunfa, o planeta é atravessado por redes, fax, telefones celulares, modems e internet, entretanto, a incompreensão permanece geral” (MORIN, 2011, p. 81). Sabemos que o número de informações que circula nas redes é enorme e devemos discuti-las, pois há informações que circulam nas redes e relatos de internautas que são fake news, eurocentrados, ou ainda insultos racistas, preconceituosos, dentre outros. Deste modo, faz-se necessária a compreensão dos fatos para que sejam decolonizados, escurecidos e realistas.

Para Morin (2011) tecnologias, como a internet, encurtam distâncias entre pontos, possibilitando uma união planetária, deste modo se faz necessária a conscientização pois o mau uso das TICs pode proporcionar transtornos para os outros e para si, sendo necessário refletir em relação a necessidade de uma consciência global.

Por meio do ensino a distância abriram diversas possibilidades de formação, devido as tecnologias digitais oferecerem interação e comunicação online, ou seja, o estudante não precisará deslocar longas distâncias para chegar até os locais dos cursos preparatórios para adquirir conhecimentos, ele pode participar de onde ele estiver, ou seja, no ensino a distância não há limitação ao espaço físico nem temporal da sala de aula.

Nesse sentido, o ensino a distância via internet possibilita a interação entre professores e alunos e exige dedicação e participação permanente de todos. É uma nova realidade educacional para a qual professores e alunos precisam aprender (COUTO, 2009, p. 26).

Os servidores da educação que dão suporte ao ensino em escolas quilombolas a exemplo do Colégio Estadual Doutor Milton Santos pertencem a uma, duas, ou até três gerações anteriores a dos estudantes. Apresentando assim, um jeito de se comportar, forma de se relacionar, ou seja uma visão de mundo diferente da dos estudantes devido ao contexto de vida, pois foram influenciados pelos acontecimentos que ocorreram na sua geração.

Os estudantes são nativos digitais estão sempre online e se comunicam por meios digitais. Pertencem a uma geração que estão sempre conectados ao mundo da internet, as redes sociais e a recursos tecnológicos.

Sendo assim, mesmo convivendo no mesmo espaço/tempo com os estudantes na educação presencial, os servidores da educação de apoio escolar são imigrantes digitais e possuem estágios e técnicas de comunicação diferentes dos estudantes. Essa diferença de gerações pode dificultar a convivência e as expectativas entre servidores da educação e estudantes quilombolas, bem como a utilização por parte dos servidores da educação de recursos tecnológicos para capacitação.

A formação sobre a educação para relação étnico-raciais de servidores da educação pode beneficiá-los com conhecimentos que potencializam as suas formas de atuar na instituição de ensino, pois nesses espaços colaborativos,

palestrantes e servidores podem refletir, discutir, criticar, questionar, opinar, conhecer a teoria e a prática, ou seja, interagir com as partes para criar formas de combate ao racismo, a intolerância religiosa, a injúria racial, o preconceito dentre outros temas emergentes em ambientes escolares quilombolas.

2.5 A importância da memória coletiva para o fortalecimento da ancestralidade africana

A cultura, os costumes e as crenças vivenciados e valorizados pelos povos de comunidades tradicionais, especificamente as de origem quilombola, sofreram com as inúmeras ações de apagamento e silenciamento realizadas pela classe hegemônica. Tais ações sempre tiveram como objetivo a valorização da cultura europeia em detrimento do saber, história e crença dos povos africanos.

Entretanto, a vivência e respeito aos conhecimentos dos ancestrais, a vida em comunidade e os saberes passados de geração em geração foram fundamentais na luta contra o apagamento, opressão e silenciamento das comunidades negras. Assim sendo, as manifestações africanas cultuadas nas comunidades quilombolas, a exemplo dos festejos, das rezas, das histórias, das cantigas, da culinária, dentre outros legados africanos, fortalecem o pertencimento e os saberes originários.

Nesse sentido, o respeito aos costumes ancestrais e a sabedoria dos griôs possibilitam que

A vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais através dos quais entre em contato com um passado mais ou mesmo distante, e que é como que o quadro dentro do qual são guardadas as suas lembranças mais pessoais. É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se a memória (HALBWACHS, 1990, p. 71).

De acordo com A. Hampaté Bâ (2010) tradição oral é um aspecto importante presente nos costumes africanos. Para aprofundamento na história e heranças de conhecimentos da cultura do povo negro, faz-se necessário valorizar a tradição oral, ou seja, para a cultura africana a oralidade constitui a principal fonte de transmissão do conhecimento.

O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade (A. HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 168).

Nesse sentido, é a partir dessa transmissão oral dos valores vivenciados pela comunidade quilombola que a memória coletiva e individual é fortalecida, resistindo ao silenciamento imposto ao longo dos séculos pela cultura hegemônica. Sendo assim, a memória constitui-se um elemento central na manutenção dos conhecimentos africanos, pois é a partir da memória viva que os grupos transmitem os saberes ancestrais.

Com esse contexto, o fortalecimento da memória coletiva se dá a partir das experiências trocadas, vividas e sentidas dentro do convívio coletivo, já que:

para que a nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum (HALBWACHS, 1990, p. 34).

O ensinamento dentro das comunidades africanas não se dá de forma sistemática, mas a partir das situações experienciadas no cotidiano da comunidade. Sendo assim, esses conhecimentos são adquiridos por meio de inúmeras formas, como por exemplo as histórias das divindades, povos e lendas africanas, os provérbios, as brincadeiras, a organização política e econômica compartilhada, pois, “Os ensinamentos referentes ao homem baseiam-se em mitos da cosmogonia, determinando seu lugar e papel no universo e revelando qual deve ser sua relação com o mundo dos vivos e dos mortos.” (A. HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 184)

Ao observarmos a relação entre os moradores da comunidade do Barro Preto, percebemos que a mesma continua sendo preservada porque os moradores cultuam uma “relação vida de participação e não uma relação de pura utilização” (A. HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 189). É na realização das rezas, dos ritos religiosos de matrizes africanas como os cultuados no candomblé e na umbanda, na prática da pesca, no trabalho com a marcenaria, na produção de artesanato, as relações com a terra, dentre outras atividades que a comunidade reforça as resistências protegendo o legado das tradições africanas.

Os saberes dos povos quilombolas precisam ser respeitados nos diversos espaços de socialização e aprendizagem. Para tanto, como a escola que sempre foi detentora do currículo eurocentrado, branco, excludente e

colonizador ela precisa dar espaço para que as narrativas negras, as vivências e os saberes dos griôs estejam presentes nos currículos escolares e nos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, para que a efetivação da Lei 10.639 aconteça na prática, diversas ações precisam ser asseguradas, como por exemplo respeito aos costumes quilombolas, os quais também devem ser praticados pelos servidores das unidades escolares, a organização dos espaços e dos tempos escolares levando-se em conta a realidade dos territórios quilombolas e dos interesses das comunidades e das metodologias didáticas-pedagógicas adequadas as características dos educandos e educandas quilombolas.

De acordo com Brito (2019) a partir da defesa do currículo rizoma “o que precisamos buscar são formas de diálogo na diferença, diálogo na multiplicidade, sem a intenção de reduzir os diferentes ao mesmo, ao uno”, ou seja, as unidades escolares necessitam abrir espaços de discussão, de fala e escuta dos anseios das comunidades quilombolas, lutando contra o currículo imposto como forma de subjugação dos povos negros. Para tanto, a pesquisadora ainda acrescenta que

Romper com a ilusão da unidade, da existência de uma única realidade é apostar na multiplicidade [...]. O currículo, a partir da imagem do rizoma (currículo rizomático), rompe definitivamente com a imagem de currículo – árvore. Um rizoma é um sistema aberto, um lugar de passagem, sem centralidade, sem periferia, sem início, sem fim (BRITO, 2019, p. 52).

Assim, a educação também faz parte das lutas dos movimentos negros contra o epistemicídio da população, pois a escola precisa refletir sobre o papel que desempenha na formação dos sujeitos, sobre as ações desenvolvidas em prol da manutenção de uma cultura que não representa a maioria da população e a aceitação e respeito à cultura que sempre foi desprestigiada pela hegemonia.

No capítulo que segue apresentaremos a comunidade e a escola quilombola na qual trabalharemos o projeto de intervenção, bem como, a metodologia utilizada para aplicar o projeto.

3- O quilombo está em nós

3.1 A comunidade do Quilombo Barro Preto

O quilombo Barro Preto fica localizado no Bairro Barro Preto no município de Jequié no Estado da Bahia, como podemos verificar na Figura 32. De acordo com a Secretaria de Cultura da Bahia - SecultBA na divisão territorial da Bahia o quilombo Barro Preto está inserido dentro do território de Identidade Médio Rio de Contas.

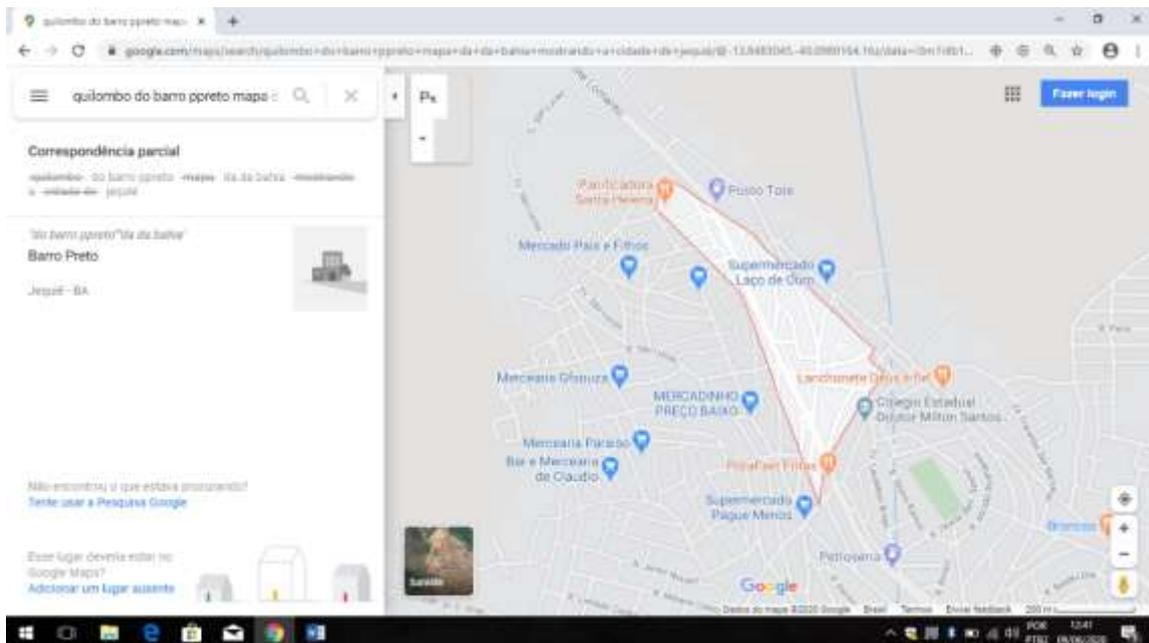


Figura 03: mapa do quilombo Barro Preto
Fonte: google maps (2021)

A origem do nome Barro Preto dado a localidade onde vive a comunidade de remanescentes quilombolas possui três versões: para alguns moradores o nome surge devido a um grupo que jogava as cinzas do outro lado do rio perto do abarracamento e com isso o barro ficava preto; para outros moradores o nome surge devido o barro que era utilizado para fazer o artesanato ser de cor preta; já outros afirmam que o nome surge por conta da chega de aproximadamente seiscentos homens negros que vieram do município de Maracás/BA, da comunidade do Cuscuz para trabalhar naquele lugar na Estrada de Ferro Nazaré-Jequié e ali fixaram moradia, se caracterizando assim, o local como um espaço de negro.

Observa-se que a origem do nome dado ao quilombo faz alusão aos diversos tipos de atividade econômica desenvolvida pelos trabalhadores da localidade, ou seja, ao modo de vida dos moradores em suas atividades como lenhadores, artesãos, carpinteiros, oleiros, pedreiros, carvoeiros, entre outros. Refere-se assim, a situações que ocorreram no tempo nesse lugar, que gerarão momentos sagrados, relacionando o tempo com o lugar.

Segundo Fernandes (2007, p. 50) “O quilombo Barro Preto formou-se a partir do agrupamento de 600 garimpeiros negros que vieram da região de Maracás (Recôncavo Baiano) para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Nazaré”.

De acordo com Zorzo (2000),

A Estrada de Ferro Nazaré não foi construída imediatamente; ela inicia-se em Nazaré em 1880 e chega em Jequié em 1927. Partia do porto fluvial no rio Jaguaripe na borda Sul do Recôncavo, e dirigia-se para o Sudoeste da província atravessando o vale do rio Jiquiriçá e atingindo o meio curso do rio de Contas, numa extensão de 290 Km (ZORZO, 2000: 102).

A construção da Estrada de Ferro Nazaré – Jequié, contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico e populacional do município de Jequié devido a chegada de novos moradores, oferta de empregos e circulação de pessoas e mercadorias. Favorecendo o setor comercial e de serviços, a integração entre cidades do Recôncavo e do Vale do Jiquiriçá por meio do transporte de passageiros e de mercadorias, bem como o escoamento dos produtos do setor agrícola desses territórios a exemplo do café.

Diferentes etnicidades convivem e conviveram nesse lugar. Os quilombolas não estão isolados. Eles desenvolveram práticas de resistência de um modo característico nesse lugar. O Barro Preto é um território quilombola que faz fronteiras com outros territórios não quilombola, onde convivem pessoas com diferentes origens a exemplo dos descendentes de indígenas, africanos, italianos e árabes. A interação étnica gerou história de luta no quilombo, e trazem reminiscências africanas.

Devido sua lógica cultural percebe-se que o quilombo sofre influências ao longo do tempo das águas do Rio Jequezinho (rio de Elza) afluente do Rio de

Contas e do próprio Rio de Contas. As terras do quilombo urbano do Barro Preto ficam as margens do Rio Jequezinho e a cerca de 2 km do Rio de Contas.

O rio Jequezinho passa ao fundo de algumas casas no quilombo Barro Preto. Percebemos, que os quilombolas possuem uma boa relação com o rio, mas a poluição e a contaminação são fatores que vêm deteriorando o mesmo ao longo do tempo.



Figura 04: Rio Jequezinho em terras do quilombo Barro Preto
Fonte: elaborado pelos autores (2022).

As margens do rio possuem espaços esportivos como o campo de futebol, espaços para criação de animais, locais de pesca, para nadar, religiosos, entre outros. Assim sendo, a vegetação local é característica do bioma caatinga, e vem sendo deteriorada pela ampliação do setor imobiliário.



Figura 05: pescadores no Quilombo Barro Preto
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

O bioma caatinga encontrado no quilombo Barro Preto possui uma vegetação característica de locais onde o clima é semiárido, apresenta solo raso e pedroso, registram altas temperaturas e chove pouco durante o ano. A mata cipó é uma vegetação de transição que fica entre a mata atlântica e a caatinga. Encontramos o umbuzeiro, o juazeiro, a quixaba, o mandacaru entres outras espécies na vegetação nativa do quilombo. Jequié é um município que têm uma divisão entre biomas mata atlântica, mata cipó e caatinga.

Na Figura 06 abaixo temos um mapa com a indicação da localização do Bairro Barro Preto no município de Jequié/BA, onde fica localizada a comunidade quilombola.

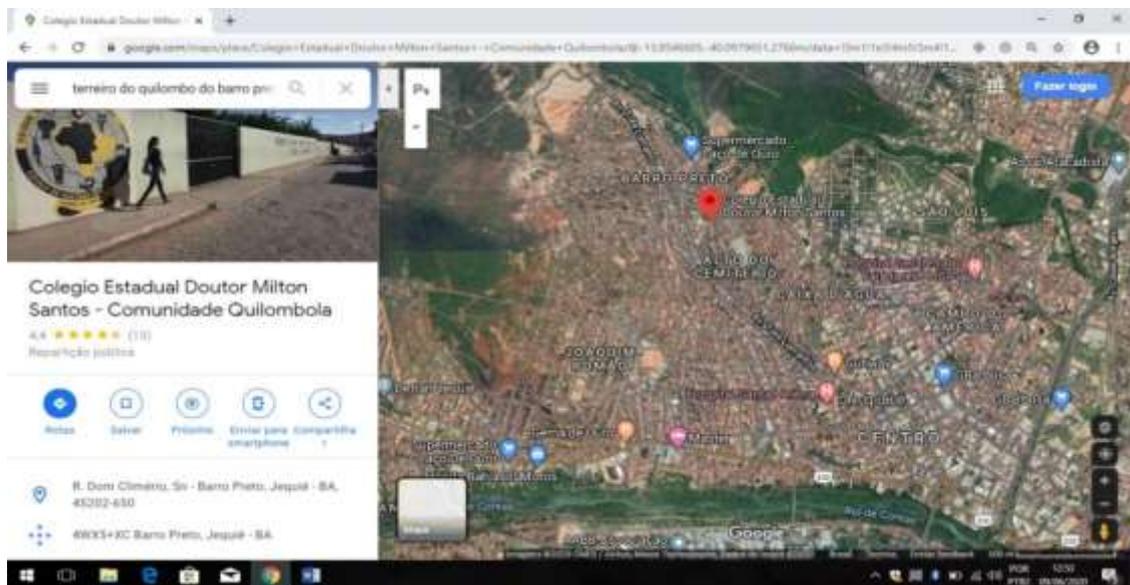


Figura 06: mapa do quilombo Barro Preto
Fonte: google maps (2021)

Um dos locais mais característico do Quilombo Barro preto é o Abarracamento como podemos verificar na Figura 07. Segundo os moradores foi um local onde ficavam hospedados os negros que vieram trabalhar na estrada de Ferro Nazaré-Jequié. É um local distante do centro da cidade onde os negros foram colocados, são várias casas pequenas que possuem a mesma estrutura no telhado e são coladas umas nas outras.



Figura 07: Abarracamento no Quilombo Barro Preto
Fonte: elaborado pelos autores (2022)

Conversando com um dos moradores do Abarracamento, ele me relatou que o local é muito forte, que as pessoas têm preconceito com quem mora no local, ele comenta que as pessoas olham diferente para ele e que até muitas vezes pessoas do próprio bairro. Comentei com ele que ele está em um local histórico afro-brasileiro e ele faz parte dessa história devendo ser preservada e valorizada. O Abarracamento é dividido em várias Kitnets de dois cômodos, como podemos verificar nas fotos da casa de um dos moradores.

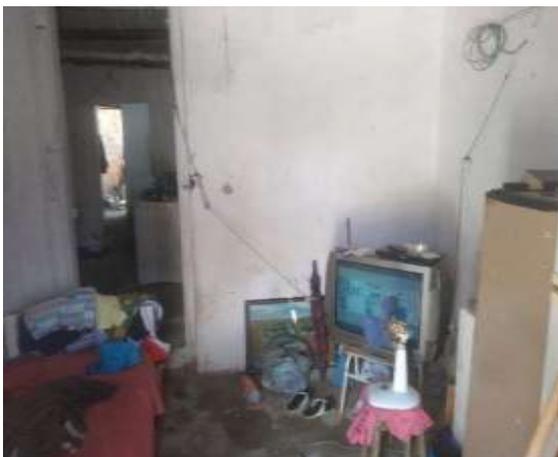


Figura 08: cômodo 01 do abarracamento
Fonte: elaborado pelos autores (2021)



Figura 09: cômodo 02 do abarracamento
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Um outro local que chama bastante atenção no Quilombo Barro Preto é a Caixa d'água, estrutura localizada na rua da linha (atualmente rua Vicente Leone, em homenagem a o antigo dono da fazenda onde hoje se localiza o quilombo). A água da Caixa d'água abastecia as caldeiras dos trens de ferro que passavam pelo local.



Figura 10: Caixa d'água no quilombo Barro Preto
Fonte: elaborado pelos autores (2022)

O Quilombo Barro Preto possui várias casas comerciais dentre elas podemos destacar os supermercados, bares, padaria, fábrica de salgados, serraria, lojas de artesanato, verdurão, entre outros.

Existem também vários profissionais liberais que prestam serviço à comunidade, a exemplo dos cabelereiros, manicures, artesãos, carpinteiros, pedreiros, entre outros. A maioria das famílias possuem pouca escolaridade e muitos moradores trabalham em empregos informais, a exemplo da feira livre que fica bem próximo do quilombo.

Poucos moradores possuem empregos fixos, a maioria são prestadores de serviços e fazem os chamados “bicos”, ou seja, serviços temporários. Observamos que a população do Quilombo Barro Preto é um grupo social, que indica identidade, coesão social, cultural e territorial. A comunidade do Barro Preto é formada majoritariamente por negros, descendentes de africanos

libertos. A comunidade convive com a falta de infraestrutura, além da precariedade dos serviços públicos ofertados.

Recentemente houve a construção do esgotamento sanitário da rua da linha e a pavimentação de algumas ruas o que melhorou bastante o escoamento do esgoto, a redução da poeira em dias secos e lama em dias de chuva. Deste modo, as ruas da comunidade que eram de terra batida, receberam esgotamento sanitário e pavimentação de calçamento, sendo que a rua Nazaré, outras ruas e travessas receberam pavimentação asfáltica, melhorando bastante a mobilidade no local.

A situação econômica da comunidade do Barro Preto é precária, pois apresenta alto índice de desemprego entre os moradores. Infelizmente essa situação acontece por várias razões, a exemplo do preconceito, do racismo e pela baixa escolaridade, resultando em falta de oportunidades. Diante desta realidade, percebemos que o município de Jequié necessita implementar uma política de equidade entre os grupos étnico-raciais presentes no município.

Na Bahia, a comunidade do Barro Preto é uma comunidade de remanescentes de quilombo urbana que está engajada na luta pela permanência do direito à educação quilombola e condições dignas de sobrevivências com autoestima e cidadania.



Figura 11: moradores do quilombo
Fonte: elaborado pelos autores (2021)



Figura 12: rua da linha no Barro Preto
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

O exército de Duque de Caxias deixou uma marca na comunidade de remanescentes de quilombo no Barro Preto, sendo dado o nome Duque de Caxias ao nome do colégio estadual quilombola e das principais ruas do

quilombo e de suas travessas. O nome do Colégio foi modificado após anos de sua inauguração sendo substituído por Colégio Estadual Doutor Milton Santos em homenagem a uma personalidade negra.



Figura 13: Travessa Duque de Caxias no Barro Preto

Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Fernandes (2017) destaca que,

De acordo com dados obtidos a partir do Projeto Político Pedagógico da escola Milton Santos (2012), de documentos obtidos com Francisco, jornalista e membro da comunidade, e do IBGE (2010), a área de Barro Preto abrange vinte e duas ruas, com um total aproximado de 1.600 casas, todas com luz elétrica e 90% com saneamento básico. A população do bairro é de aproximadamente 7.150 moradores, correspondendo a cerca de 9% da população da cidade de Jequié; mais de 70% nascidos na cidade sendo, aproximadamente, 51% mulheres e 49% homens. Segundo pesquisa realizada pela escola, a maioria das pessoas da comunidade utiliza-se da categoria parda para se autoidentificar. Com relação à renda per capita, 80% apresenta valor inferior a um salário mínimo mensal. A maioria atua em trabalhos informais, há muitos desempregados. (FERNANDES. 2017, p. 22).

Nos dias atuais segundo informações verificadas na mídia e notícias de familiares da comunidade, jovens negros estão sendo mortos todos os anos na comunidade quilombola Barro Preto, na cidade pesquisada. Entretanto, inúmeras mortes são justificadas por dados oficiais e divulgadas pela mídia como sendo a guerra do tráfico, ou confronto com a polícia, pela participação em atividades ilegais.

Segundo Souza Junior (2013. P, 07) podemos destacar que,

A realidade quilombola no Brasil assemelham-se a situações dos palenques da Colômbia e Cuba, dos cumbes da Venezuela e dos marrons do Haiti e Ilhas Francesas. Em todos estes lugares nos deparamos com populações vivendo à margem da sociedade, na linha da pobreza, expostos a situações de riscos. Trata-se de comunidades

marcadas por problemas sociais ocasionados por fatores econômicos, políticos, ou simplesmente situações que veem lhes impulsionando ao longo da história para abaixo da linha da pobreza, representada pela ausência de condições básicas para sobreviver, analfabetismo, problemas de saúde, educação, saneamento básico, acesso à terra, água potável, luz elétrica, violência etc.

A comunidade quilombola Barro Preto de acordo com Fernandes (2017, p. 22) “trata-se de um bairro muito parecido com outros de periferia: algumas residências com um pouco mais de estruturas - em sua maioria, casas muito próximas umas das outras - e muitas ruas sem calçamento”.

Na Figura 14 temos a rua São José localizada no quilombo Barro Preto, na imagem podemos perceber diferenças nas estruturas das casas. Nas mais antigas as construções foram feitas utilizando o adobão (tijolo de barro não queimado, feito a mão com utilização de formas de madeira) e o barro, ou seja, essas construções foram realizadas sem utilizar cimento e ferro, e com telhado com duas quedas d’água, utilizando muitas vezes de tronco de árvores e o sinzal trabalhados manualmente na estrutura. As construções mais recentes foram feitas de adobinho (tijolo de barro queimado, feito a mão com utilização de formas de madeira) e fazendo uso de matérias como a areia, o arenoso e cimento. Já as contemporâneas são feitas de bloco (tijolo de barro com furos e queimado ao forno feito com a utilização de máquinas elétricas), fazendo uso de matérias como a areia, brita, arenoso, cimento, ferro entre outros.



Figura 14: residências na rua São Jorge no Quilombo Barro Preto
Fonte: elaborados pelos autores (2021)

As telhas das casas mais antigas foram feitas de barro a mão com utilização de formas e queimadas ao forno, e as coberturas das casas construídas mais recentemente utilizam lajes e telhas de barro queimado com a utilização de máquinas elétricas). As casas mais antigas possuem arquitetura e materiais utilizados bem diferentes das residências construídas recentemente no Quilombo Barro Preto. Percebemos no ano de 2022, que na comunidade quilombola houve melhoria na estrutura de algumas residências.

Segundo Fernandes (2017, p. 23) “Além da escola Milton Santos, existem 3 escolas de Ensino fundamental e uma creche. O bairro possui alguns pequenos comércios, poucos espaços de lazer (apenas três campos de futebol de chão batido) e uma unidade de saúde”.

Na figura 15 podemos verificar a Unidade de Saúde da Família Doutor Odorico localizada no Quilombo Barro Preto.



Figura 15: Unidade de saúde Barro Preto
Fonte: elaborados pelo autor (2021)

Na foto abaixo podemos verificar o Vestiário Elza Leone no campo de futebol da manga de Elza que fica de frente do posto de saúde, separada pelo campo de futebol. Elza Leone foi a esposa de Vicente Leone donos da fazenda onde os 600 negros foram instalados para o trabalho na Estrada de Ferro Nazaré-Jequié.



Figura 16: vestiário do campo de futebol Elza Leone
Fonte: elaborados pelo autor (2021)

No campo de futebol Elza Leone localizado na manga de Elza, no Quilombo Barro Preto, ocorrem projetos voluntários esportivos por iniciativas próprias dos quilombolas, como podemos verificar na figura abaixo. São os moradores do quilombo, que em seu tempo livre ministram aulas de futebol para crianças e adolescentes quilombolas.



Figura 17: projeto de futebol de campo
Fonte: elaborados pelo autor (2021)



Figura 18: projeto de futebol de campo
Fonte: elaborados pelo autor (2021)

Há um patrimônio cultural nessa comunidade quilombola que podemos verificar no seu modo de ser, viver e permanecer. Para além da memória da comunidade, vários fatores atestam a presença de afro-brasileiros confirmado

pela natureza ao entorno da comunidade e pelo ambiente cultural que inclui suas criações, obras e edificações.

A comunidade possui muitas organizações religiosas, em sua maioria evangélicas; mas com a presença de religiões de matriz africanas com pelo menos dois terreiros na comunidade – um deles com o nome de Marujo -, e outros em suas proximidades (Fernandes. 2017, p. 22-23).

Percebemos que no Quilombo Barro Preto apresenta em seu território centro de umbanda, terreiro de candomblé, centro espírita, igrejas evangélicas e católicas, apresentando, dessa forma, uma diversidade de manifestações culturais religiosas.



Figura 19: Centro de Umbanda
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Os terreiros, a escola e a comunidade quilombola Barro Preto, constituem trajetórias negras de lutas e resistências contra o racismo de afro-brasileiros remanescentes de comunidades de quilombos e de seus descendentes a partir do quilombo urbano Barro Preto.

Segundo SOUZA (2010. P. 98) “aqui no Brasil os negros traficados da África na condição social de escravos eram imediatamente batizados e obrigados a seguir o catolicismo”. Assim, as religiões de matriz africanas sobreviveram nesse contexto através do sincretismo e por meio de prática

secreta. Muitos desses negros se associaram em irmandades religiosas católicas a exemplo da Irmandade da Boa Morte e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Embora realizado de forma tímida, o sincretismo ainda é muito forte sendo umas das principais manifestações do Quilombo Barro Preto. No quilombo encontramos vários altares naturais, a exemplo do cruzamento do anel rodoviário, o Rio Jequezinho afluente do Rio de Contas que é morada de entidade, rochas, entre outros.

Enfim, o quilombo está na cidade de Jequié, em um lugar onde nós moramos, onde trabalhamos e descansamos, estudamos e brincamos, pintamos e bordamos, por tudo isso, percebemos que nunca estará finalizado uma pesquisa de como é este quilombo.

3.2 A escola

A Escola pública de médio porte estadual baiana, Colégio Estadual Doutor Milton Santos está localizada na rua Dom Climério, s/n – Barro Preto – Jequié-BA. A instituição pertence a jurisdição do Núcleo Territorial de Educação (NTE) 22 e está autorizada para funcionamento pela portaria nº 2879, do Diário Oficial de 06 de maio de 1981.



Figura 20: Colégio Estadual Doutor Milton Santos
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

A equipe de servidores da educação desta instituição de ensino é composta por 4 vigilantes terceirizados da MAP Segurança, que nos dias atuais também realizam a função de porteiros. Além desses, a equipe de servidores é composta de quatro cozinheiras, quatro servidores no apoio a limpeza e manutenção e seis na secretaria e administrativo. Totalizando assim, dezoito servidores da educação, sendo entre eles quatorze em contrato REDA pelo Governo do Estado da Bahia que realizam as atividades de merendeiras, secretária, auxiliar de secretária, auxiliar de limpeza, auxiliar de manutenção, técnico em informática; auxiliar de administração, entre outras.



Figura 22: servidora da educação quilombola
Fonte: elaborado pelos autores (2021)



Figura 23: servidor da educação quilombola
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

O momento pandêmico da Covid-19 no final do ano letivo continuum 2020/2021 e início de 2022, forçou a escola quilombola na volta às aulas presenciais implementar equipamentos para se enquadrar aos protocolos de biossegurança sugeridos pelo Organização Mundial da Saúde que foram implantados pelo Governo do Estado da Bahia. Os protocolos exigiam pias para

lavar as mãos com a utilização de detergentes, disponibilização de álcool em gel 70%, e termômetro para aferir a temperatura corporal



Figura 24: protocolos de segurança
Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

O protocolo apresenta medidas para atender a comunidade escolar, orientando-a sobre a importância do distanciamento social por meio da delimitação de espaços, do uso de máscaras, das regras de limpeza dos ambientes e das pessoas para a convivência coletiva no ambiente escolar.

A escola ofertou o Ensino Fundamental de 8 anos (1ª a 8ª série) por muito tempo, e no ano de 2005 passou a ofertar também a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e recebeu a denominação de colégio. A escola quilombola oferta nos dias atuais aos estudantes em sua maioria afrodescendentes o Ensino Fundamental II (6º a 9º) e o Ensino Médio Regular. E funciona nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.



Figura 25: estudantes quilombolas no colégio
Fonte: elaborados pelos autores (2021)



Figura 26: estudantes na saída do colégio
Fonte: elaborados pelos autores (2021)

A estrutura física sofreu modificações com o passar do tempo devido as reformas exercidas pela Superintendência de Construções Administrativas da Bahia (SUCAB). Atualmente o prédio é composto por dois pavilhões contendo nove salas de aula, um refeitório, uma sala de direção, uma secretária, uma sala de professores, uma sala para a coordenação pedagógica, uma cozinha, um depósito de gênero alimentícios, um laboratório de informática, dois quiosques com mesa para jogos, um depósito para materiais em geral, oito banheiros sendo quatro para meninos e quatro para meninas, e um banheiro com acessibilidade.

O Colégio Estadual Milton Santos possui área de recreação, quadra poliesportiva coberta, um refeitório, uma cantina e uma sala de informática que funciona também como biblioteca, mas na escola não verificamos a presença de laboratório de ciências e nem de biblioteca.

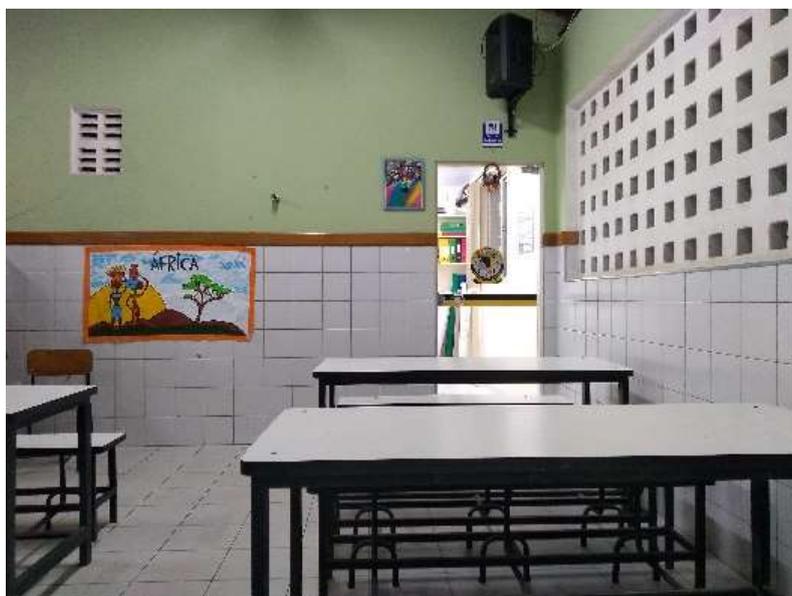


Figura 27: refeitório
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Abaixo na Figura 28 podemos verificar uma sala de aula do Colégio Estadual Doutor Milton Santos. A sala de aula é um local onde professores e alunos se encontram e interagem diariamente em horários determinados, onde o professor é o mediador no processo de ensino-aprendizagem do conhecimento. As salas encontram-se em bom estado de conservação, com carteiras individuais geralmente organizadas em filas e possuem o ambiente climatizado. As salas são compostas por turmas com cerca de 35 a 40 alunos.

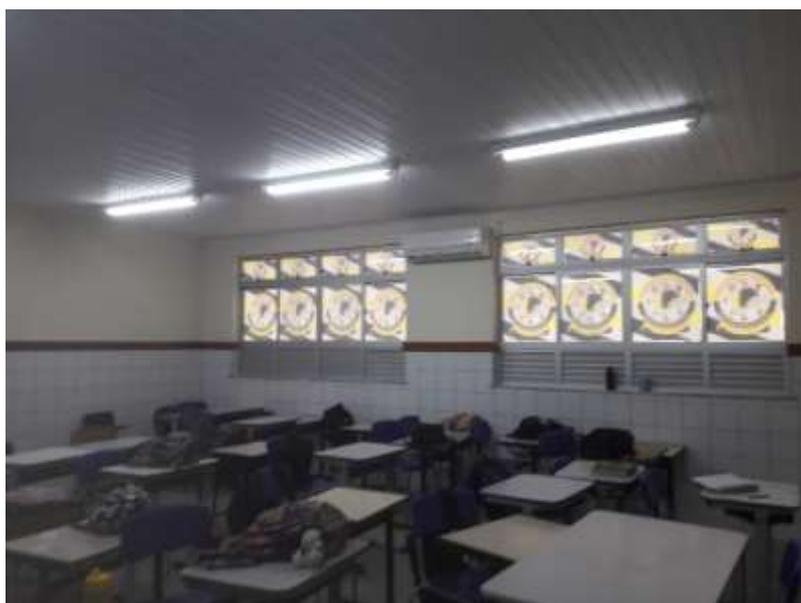


Figura 28: sala de aula climatizada
Fonte: elaborados pelos autores (2021)

Logo a seguir nas Figuras 29 podemos verificar a quadra poliesportiva do Colégio Estadual Doutor Milton Santos. A comunidade escolar utiliza da quadra para aulas de educação física, campeonatos esportivos internos, aulas de práticas esportivas, apresentação de trabalhos, culminância de projetos, reuniões de pais e mestres, entre outras.



Figura 29: apresentação dos estruturantes na quadra poliesportiva
Fonte: elaborados pelos autores (2018)

No quilombo a comunidade também utiliza a quadra do Colégio Estadual Doutor Milton Santos nos finais de semana, a mesma tem suas atividades

esportivas garantidas pela gestão escolar. A exemplo das aulas de capoeira, babas de futebol de salão, entre outras atividades.

O Colégio Estadual Doutor Milton Santos está inserido em uma área urbana e periférica do município de Jequié, reconhecida pela fundação palmares em 2007 como comunidade remanescente quilombola. Sob o Livro de certidão geral nº 9, Registro nº 919, fl 33, em 01 de março de 2007, Diário Oficial da União nº 49, 13/03/2007.

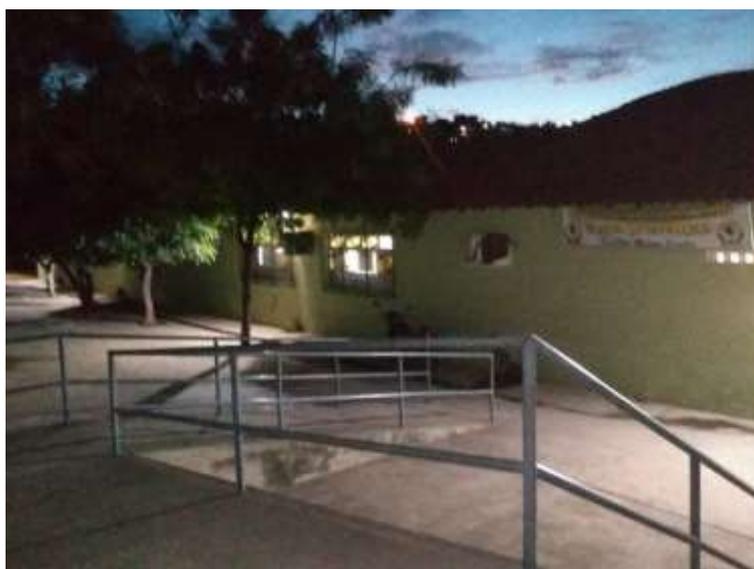


Figura 30: entrada com acessibilidade do Colégio
Fonte: elaborados pelos autores (2021)

De acordo com a foto acima podemos perceber que o terreno que compõe o prédio escolar possui um desnível, mas a mesma tenta oferecer acessibilidade aos deficientes físicos ao pavilhão de salas de aula e a quadra poliesportiva. A instituição também possui intérpretes de libras contratados sob o regime REDA para atender os deficientes auditivos, mas na instituição não possui sala para o Atendimento Educacional Especializado – AEE com intuito de romper barreiras na inclusão dos estudantes especiais, considerando suas especificidades com apoio de recursos pedagógicos, em busca de uma equidade no processo de ensino-aprendizagem.

A Escola quilombola possui de acordo com seu Projeto Político Pedagógico (PPP) uma proposta pedagógica em consonância com a identidade e história da comunidade, atrelando conhecimento pedagógico ao pertencimento étnico-racial dos seus estudantes.

A escola busca em suas práxis pedagógica contemporâneas oferecer possibilidades ao estudante de preparação para o mundo tecnológico, preparação para um mundo comunicacional, para a preparação para a proteção do meio ambiente, para a não violência e contra o racismo e a segregação. Sem perder de vista a ancestralidade, a oralidade, a corporeidade, e a religiosidade característica Africana e Afro-brasileira. A proposta pedagógica escolar segundo o PPP está respaldada pela Lei 9394/06 e Lei 11 545/08.

Os aspectos teóricos e metodológico da escola quilombola possui como referência a Pedagogia Interétnica de Manoel de Almeida Cruz, além da pedagogia dialógica proposta por Paulo Freire podemos perceber que a Escola Quilombola tem como função social de considerar os aspectos culturais e valorativos da comunidade, interagindo o saber popular com o saber escolar.

De acordo com as manifestações culturais, a organização social, os legados africanos pertencentes a comunidade quilombola Barro Preto e o reconhecimento destes pela Fundação Palmares, foi que se tornou possível para a comunidade escolar desenvolver o sentimento de pertencimento com a cultura negra, culminando na valorização e preservação da sua história. Fato que desencadeou na comunidade o desejo de homenagear a cultura negra por meio do nome de uma personalidade negra para batizar a escola, momento em que houve uma decolonização do nome da escola que era denominada Colégio Estadual Duque de Caxias e passou a ser denominado Colégio Estadual Doutor Milton Santos.

Sendo desta forma, Dr. Milton Almeida dos Santos o escolhido por ser uma personalidade negra intelectual baiana, usando assim o seu nome para significar o pertencimento da escola com a cultura e história Africana e Afrobrasileira.

O Colégio Estadual Doutor Milton Santos participa efetivamente dos Projetos Estruturantes promovidos pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia (SEC), a exemplo do Artes Visuais na Escola (AVE), Festival Anual da Canção Estudantil (FACE), Tempos de Artes Literárias (TAL), Encontro de Canto Coral (ENCANTE), Programa Ciência na Escola (PCE), Jogos Estudantis da Rede Pública (JERP), Educação Patrimonial e Artística (EPA), Produção de Vídeos Estudantis (PROVE) entre outros, demonstrando muitas vezes sua identidade afro-brasileira.



Figura 31: projeto estruturante – FACE
Fonte: elaborado pelos autores (2018)



Figura 32: projeto estruturante – DANCE
Fonte: elaborado pelos autores (2018)

Os Projetos Estruturantes proporcionam a implementação de políticas educacionais, visa a reestruturação dos processos e gestão pedagógica, da variedade e inovação das práticas curriculares e, possui como consequência um desenvolvimento das aprendizagens.

Podemos verificar nas figuras abaixo, pinturas e montagens que dão visibilidade as característica étnica afro-brasileira. Os trabalhos são produções artísticas realizadas pelos estudantes do Colégio para participação no projeto estruturante Artes Visuais na Escola - AVE na seletiva local do Núcleo Territorial de Educação - NTE 22. Assim sendo, os referidos projetos contribuem assim, para produção de obras de artes visuais dentro da escola quilombola, com intuito de proporcionar um ambiente vivo e significativo para os estudantes. Sendo estes capazes de proporcionar o rompimento do modelo rígido de ensino e de aprendizagem ainda presente nos dias atuais na educação brasileira.



Figura 33: projeto estruturante
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

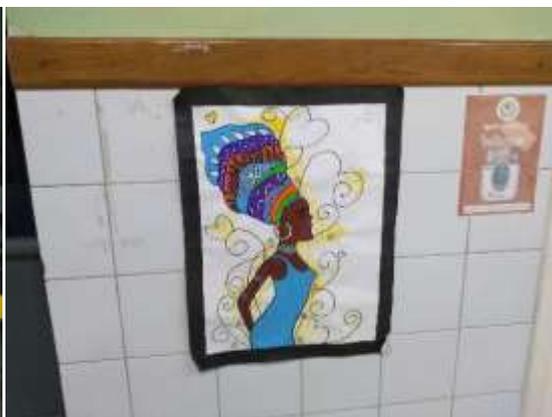


Figura 34: projeto estruturante
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

Abaixo na Figura 35 podemos verificar o grafite realista onde expressa a imagem de uma mulher afrodescendente construída no muro da escola no ano de 2018 por meio do projeto Grafitaê organizado pela Secretaria Estadual de Educação-SEC. Também por meio do mesmo projeto em 2021 foi feita a imagem do Doutor Milton Santos, como podemos verificar na Figura 36.



Figura 35: Projeto Grafitaê 2018
Fonte: elaborado pelos autores (2018)



Figura 36: Projeto Grafitaê 2021
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

A escola também possui projetos internos a exemplo da “Corrida da Liberdade”. Como podemos ver a premiação dos estudantes vencedores na foto abaixo.



Figura 37: Premiação da Corrida da Liberdade
Fonte: elaborado pelos autores (2018)

As paredes da escola também possuem muitos quadros e pinturas que ressaltam a luta dos negros e do movimento negro ao longo do tempo no território brasileiro, como podemos perceber nas fotos abaixo.



Figura 38: quadros com personalidades negras
Fonte: elaborado pelos autores (2021)

4. Metodologia

4.1 Metodologia utilizada e o perfil dos participantes

O tipo de pesquisa científica que realizamos se caracteriza como uma pesquisa etnográfica. “Na etnografia, o pesquisador participa, o quanto é possível da vida normal do grupo pesquisado, da cultura pesquisada” (MOREIRA, 2011, p.80). Deste modo, por meio da observação participativa, verificamos na pesquisa o cenário natural dos eventos, no contexto em que ocorrem os acontecimentos.

A metodologia etnográfica é qualitativa e holística, faz uso da intuição, empatia e outras habilidades do pesquisador para interpretar descritivamente uma cultura (MOREIRA, 2011, p.81).

Para Moreira (2011),

O pesquisador etnográfico busca recolher toda a informação possível, não só através de observação participativa e entrevistas, para

interpretá-la indutivamente e construir uma realidade social que é sua compreensão descritiva contextualizada da cultura pesquisada” (MOREIRA, 2011, p.81).

O que está de acordo com as ideias de Gil (2010),

O pesquisador que se dispõe a realizar uma pesquisa etnográfica assume uma visão holística com vistas a obter a descrição mais ampla possível do grupo pesquisado. A descrição pode incluir múltiplos aspectos da vida do grupo e requerer considerações de ordem histórica, política, econômica, religiosa e ambiental (GIL, 2010, p 127).

Os problemas que mais se ajustam a pesquisa etnográfica “são aqueles que podem ser interpretados como expressão de coletivos culturais, como organizações e comunidades” (GIL, 2010, pg.128).

Com intuito de interpretar a realidade buscamos também identificar leis fundamentais que expressam a forma de organização social dos remanescentes quilombolas do Barro Preto durante o decorrer do tempo, isto é, permitimos um enfoque ao materialismo histórico-dialético na pesquisa.

Nesse sentido, no contexto dialético tudo se movimenta e é contraditório, logo podemos entender a realidade, verificar a visão de mundo e a práxis por meio do diálogo como princípio de identidade, entre os participantes de um determinado grupo. Então, “para ser materialista histórica e dialética, a pesquisa deve ter como núcleo a concretude, a totalidade e o movimento social, que é construído ao longo da história” (LEITE, 2019, p. 50).

Segundo Leite (2019)

Dentro do enfoque teórico materialista histórico-dialético precisamos compreender a importância das categorias na pesquisa. A categoria contradição é o oposto a linearidade que prevaleceu historicamente dentro da ciência. A categoria mediação entende que o homem é o autor da intervenção do real, portanto mediador das relações sociais. A categoria de reprodução revela que o modo de produção capitalista para manter-se, reproduz-se na própria estrutura capitalista. A categoria de hegemonia reproduz a concepção de que a sociedade é hegemônica, através da ideologia de as ideias que prevalecem pertencem a todos, e que existe um consenso de igualdade perante a sociedade. A categoria de totalidade compreende que é necessário conhecer o todo para entender a particularidade, pois a particularidade faz parte do conjunto (LEITE, 2019, p.49).

Assim, pudemos fazer uma compreensão sobre a comunidade escolar do Colégio Estadual Doutor Milton Santos, por meio, da realidade econômica, política, social e cultural dos remanescentes quilombolas. Verificamos assim,

como se organizam no ambiente para viver e conviver e as transformações expressas nas suas ações ao longo da história.

Deste modo, pudemos também perceber quem são os servidores da educação não-docentes e quem não são, e assim, visualizar fronteiras, identificar características, rastrear as conexões sobre os fenômenos que os envolvem, identificar as mudanças por meio do movimento do pensamento, verificar as relações sociais como consequências do trabalho e como satisfazem suas necessidades materiais.

No primeiro momento determinamos o campo de investigação e procuramos conviver com o dia a dia de trabalho dos servidores da educação não-docentes, para facilitar a interação pesquisador/pesquisados, com intuito de descrever a realidade vivenciada por esses trabalhadores da educação em seus locais de atuação na escola.

Tivemos um contato direto com o objeto da pesquisa por meio da presença do pesquisador (presencial e on-line conforme direcionamento dos órgãos de saúde sobre a pandemia da Covid-19), consulta de documentos (Projeto Político Pedagógico - PPP, relações de funcionários da unidade, declaração da Fundação Palmares, entre outros.), aplicação de questionário, diálogos e discussões.

Posteriormente, realizamos a formulação do problema para solucionar situações que negligencie a educação e relação étnico-raciais dentro da escola. Realizamos também encontros on-line e presencial para a escuta dos servidores da educação não-docentes e os pesquisadores para definir as diretrizes de pesquisa e da ação. Dessa forma, o Curso de Formação - webinar ficou composto com cinco encontros on-line de três horas cada, totalizando quinze horas.

Os participantes da pesquisa foram os servidores da educação não-docentes, ou seja, os que dão suporte ao ensino no Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola, localizado no Bairro Barro Preto, na cidade de Jequié, Bahia. Sendo os servidores: merendeiras, auxiliares de secretária, secretária, vigilantes, auxiliares de manutenção, auxiliares de limpeza, auxiliares de administração, entre outros.

Para coleta de dados aplicamos um questionário para todos os servidores da educação não-docentes do colégio quilombola pesquisado que queriam

participar da pesquisa. Identificamos nesses profissionais da educação questões sociais, econômicas, políticas, culturais e legais como por exemplo: se é negro, quilombola, em que área atua, tempo de atuação na educação quilombola, se conhece as leis, quando e quais formações passaram nos últimos cinco anos, entre outras questões que demonstraram conhecimento prévios dos servidores em entender e praticar a educação e relação étnico-raciais.

Abrimos espaço também para depoimentos de forma individual para buscar mais informações sobre a formação continuada desses profissionais da educação, e suas relações interpessoais com estudantes, professores, coordenação, gestores e comunidade quilombola frente situações que envolvem questões étnico-raciais no ambiente educativo e na comunidade quilombola.

Sobre os riscos que apareceram no decorrer da pesquisa, observamos que houve o risco de um servidor da educação (auxiliar de limpeza) que não se sentiu à vontade para participar da pesquisa, assim conversamos sobre a possibilidade de o mesmo participar, contudo não houve possibilidade e imediatamente retiramos esse servidor da pesquisa.

Elaboramos um plano de ação para criar um produto educacional a partir das análises dos questionários, discussões com servidores e pesquisadores que gerou escolhas dos conteúdos programáticos a serem trabalhados no webinar para formação dos servidores da educação não-docentes do Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola, com intuito de suprir uma demanda institucional para a consciência negra.

A escola quilombola se apresenta como um espaço sócio ideológico para o fortalecimento e construção de sentimento de pertença. Então, faz-se necessário pesquisar e desenvolver ações de intervenção em relação ao espaço e papel que o negro ocupa na sociedade brasileira.

Nesse sentido, o curso de formação - webinar para a educação das relações étnico-raciais de servidores da educação não-docentes, se caracteriza como um produto educacional para dar suporte a esses servidores para o fortalecimento de pertença e para consciência negra.

Os pesquisadores tiveram o intuito de implementar no colégio de comunidade quilombola urbana o Colégio Estadual Doutor Milton Santos localizado na Rua Dom Climério, S nº, no bairro Barro Preto, na cidade de Jequié no interior da Bahia.

Recorremos a teoria de aprendizagem significativa crítica de Moreira, a qual se apresenta na linha humanista, como estratégia de ensino para facilitar a aprendizagem.

Segundo Moreira (2015, p. 53)

Na perspectiva da aprendizagem significativa crítica o aprendiz é pessoa e deve captar criticamente os significados dos conteúdos da matéria de ensino. Quer dizer, deve apresentar uma intencionalidade para captar e internalizar os significados aceitos no contexto da matéria de ensino, porém não como fossem únicos e definitivos.

Moreira (2012) comenta também que para a aprendizagem ser significativa os estudantes têm que apresentar interesse em aprender e o material didático utilizado pelo professor deve contribuir.

Para construir o produto educacional estávamos atentos para relações educacionais igualitárias, as quais requerem o reconhecimento e valorização da contribuição no povo negro africano e de seus descendentes na formação da sociedade brasileira. O produto educacional foi construído com as contribuições da comunidade escolar que são os principais agentes na efetivação das leis: Lei nº 10 639/2003, Lei nº 11 645/2008 e Lei nº 12.519/2011.

O produto educacional pretende capacitar servidores da educação não-docentes por meio da implementação de temas que podem ser abordados contemplando a educação para relações étnico-raciais, a identidade e a consciência negra na referida escola.

Para definir o perfil dos participantes construímos um questionário que foi respondido por quatorze servidores da educação sendo entre eles um técnico em informática; três auxiliares de secretária, uma secretária; duas merendeiras; um auxiliar de manutenção e limpeza; um auxiliar de limpeza, uma coordenadora pedagógica; três vigilantes; e um auxiliar administrativo. Dentre os deztoitos servidores da educação não-docentes do Colégio Estadual Doutor Milton Santos um não quis participar e três não se encontravam na instituição no momento da pesquisa.

Criamos uma abreviação para simbolizar o termo Servidor da Educação – SE e numeramos aleatoriamente os servidores pesquisados de SE1 a SE14 para expressar as respostas dos mesmo aos questionamentos feito na pesquisa.

Na primeira pergunta do questionário “Você trabalha em uma escola?”, na resposta dada 100% dos servidores relataram que trabalham em uma escola quilombola.

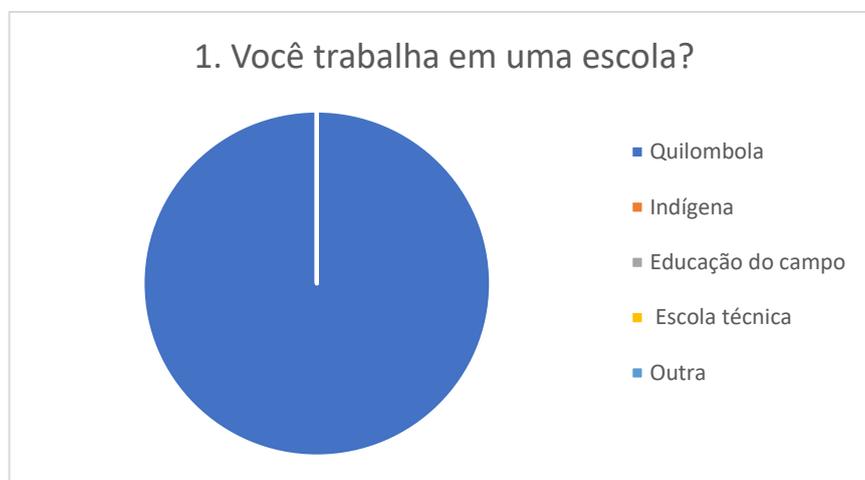


Figura 39: servidores da educação quilombola não-docentes
Fonte: elaborados pelos autores (2022)

Ao questionar os servidores sobre a função que desempenha no Colégio Estadual Doutor Milton Santos - Escola Quilombola percebemos que na escola possuem servidores que atuam como técnico em informática; auxiliar de secretária, secretária; merendeira; auxiliar de manutenção; auxiliar de limpeza, coordenação pedagógica; vigilante; e auxiliar administrativo.

Ao questionar há quanto tempo trabalha na escola quilombola tivemos as seguintes respostas: seis servidores da educação trabalham na instituição de 1 ano a 3 anos; um de 3 anos a 6 anos; três de 6 anos a 9 anos e quatro a mais de 9 anos.



Figura 40: tempo de serviço na educação quilombola
Fonte: elaborados pelos autores (2022)

Percebemos assim, que a unidade escolar possui grande número de servidores que chegou recentemente na escola e servidores que já estão na escola há mais de seis anos.

Ao perguntar sobre a cor dos servidores da educação não-docentes verificamos que aproximadamente 22% se autodeclaram pretos, 57% pardos, 7% amarelo e 14% brancos.

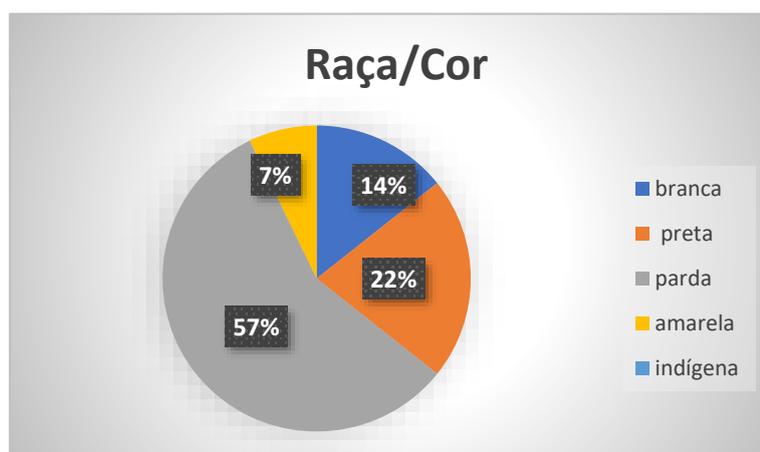


Figura 41: raça/cor dos servidores da educação não-docentes
Fonte: elaborados pelos autores (2022)

Em relação a opção religiosa percebemos que 36% dos servidores da educação não-docentes se autodeclaram católicos, 50% evangélicos; 7% acredita em Deus mas não têm religião e 7% é ateu (não acredita em Deus). Na opinião desses servidores todos concordam que a escola não deve ensinar uma religião específica.

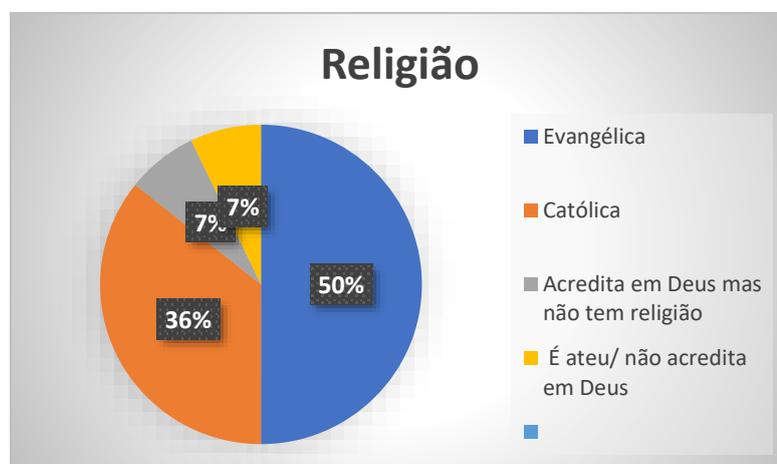


Figura 42: religião dos servidores da educação não-docentes
Fonte: elaborados pelos autores (2022)

Os servidores da educação não-docentes foram questionados se moram no Quilombo Barro Preto em Jequié na Bahia. Aproximadamente 29 % que são moradores do Quilombo e 71% relataram que não são moradores do local.

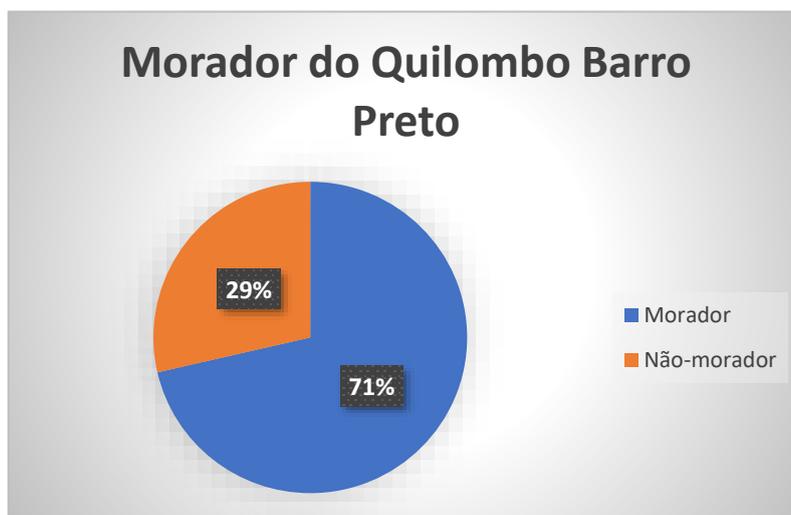


Figura 43: localidade do endereço dos servidores da educação não-docentes
Fonte: elaborados pelos autores (2022)

Ao serem questionados se tem algum filho ou parente que já estudou ou estuda no Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola, “O que motivou?” aproximadamente 57% dos servidores da educação não-docentes relataram que nenhum parente seu estudou ou estuda na instituição e 43% relataram que tem filho (a) ou parente que estuda ou estudaram no colégio. Um dos servidores relatou que o que motivou escolher o colégio foi o ensino de qualidade.

Os servidores também definiram o perfil (cor, classe social e religião) dos estudantes do Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola: SE1 “maioria negra e parda”; SE2 “negros e pardos”; SE3 “não condiz muito com o perfil quilombola, geralmente temos mais estudantes de outra área do que da área quilombola”; SE4 “de cor negra e parda, com classe baixa e média”; SE5 “cor quase em sua totalidade é preta, classe social média e baixa e religião são diversas”; SE6 “parda”; SE7 “brancos, pardos e negros, são misturados”; SE8 “em sua grande maioria são negros, muitos de religiões cristãs e o perfil econômico é de baixo poder aquisitivo”; SE9 “no geral de cor preta, mas há também o pardo, classe social baixa, mas com certa porcentagem de média. Religião acredito que há uma micigenação”; SE10 “não respodeu”; SE11 “pardo, negro e branco”; SE12 “originários da cultura e do meio em que estão inseridos”;

SE13 “a cor é misturado e a classe social é rasuável”; e SE14 “considero um colégio láico, com todos os tipos de classe e todas as raças”.

Percebemos que os estudantes de acordo com as respostas dos servidores não-docentes são em sua maioria negros e pardos, com um perfil econômico de baixo poder aquisitivo se enquadrando na classe social baixa e com uma pequena porcentagem que se enquadra na classe média. Verificamos também, por meio do relato de um servidor que o colégio possui um grande número de estudantes que vêm de outras áreas que não é a quilombola e esses estudantes não condizem muito com o perfil quilombola. Observamos assim, que os servidores pesquisados consideram o colégio como laico com a presença de diversos tipos de cores, classes e religiões.

Ao questionar os servidores sobre quais religiões acreditam que os estudantes são praticantes, verificamos que aproximadamente 79% dos servidores da educação não-docentes pesquisados acreditam que dentre os estudantes apresentam uma diversidade religiosa na instituição pesquisada, predominando as de origem cristãs (evangélica e católica) e também com uma forte presença das religiões de matriz africanas (ubanda e candomblé); tendo 14% dos servidores que acreditam que os estudantes são evangélicos e católicos e 7% dos servidores relatam que acreditam que todos os estudantes são católicos.

Ao questionar os servidores sobre o que é uma Escola Quilombola? Tivemos as seguintes respostas: SE1 “Cultura negra, afro, realidade brasileira, negritude”; SE2 “É uma escola do quilombo”; SE3 “Uma instituição de resgate cultural”; SE4 “Escola que luta e preserva a identidade de seus remanescentes”; SE5 “Um lugar que serve de referência para as alunas nunca perderem suas essências”; SE6 “Tem pelo menos 30% a 40% de pardos ou negros”; SE7 “Escola que faz parte do quilombo, com capoeira e música típicas” Uma escola que em todas as suas ações discute os aspectos étnicos que estão presentes desde a formação do Brasil”. SE9 “A escola deve valorizar o protagonismo negro que foi tirado pelas narrativas colonizadoras”; SE10 “Criada pelo poder público na tentativa de reparar uma dívida nessa comunidade quilombola; é uma escola inserida numa comunidade negra que preservam os ensinamentos afrodescendentes”; SE11 “Não soube responder”; SE12 “Comum”; SE13 “São aquelas localizadas em território quilombola”; SE14 “Uma escola que valoriza a história e a cultura

africana pelo fato de uma comunidade ter se originado de amostras pertencentes a essa história”.

Após verificar a participação dos servidores da educação em alguma formação relacionado a cultura e história afro-brasileira e africana, percebemos que aproximadamente 36% dos servidores da educação não-docentes do Colégio Doutor Milton Santos já participaram de algum curso de formação relacionado a história e cultura afro-brasileira e 64% dos servidores nunca participaram de nenhum curso relacionado ao tema.



Figura 44: participação em curso de formação
Fonte: elaborados pelos autores (2022)

Ao analisar o interesse dos servidores da educação não-docentes em participar de um evento on-line para Formação de Servidores da Educação para as Relações Étnico-Raciais. Verificamos que 64% dos servidores que participaram da pesquisa têm interesse de participar do curso de formação e 36% disseram que não têm interesse em participar.



Figura 45: interesse em participar do curso para formação on-line
Fonte: elaborados pelos autores (2022)

Foi possível detectar que 36% dos servidores da educação não-docentes questionados que já participaram de algum curso relacionado a cultura e história afro-brasileira e africana queriam participar do evento on-line sobre a formação de servidores da educação para as relação étnico-raciais; Sendo que 28% dos servidores que nunca participaram de nenhum evento também queriam participar do curso de formação de servidores não-docentes; E 36% que nunca participaram de nenhum evento relacionado a cultura e história afro-brasileira e africana, afirmaram que também não queriam participar do curso de formação-webinar.

Dos servidores pesquisados 57% nunca participaram de mobilização ou luta por direitos realizado pelo Colégio Estadual Doutor Milton Santos - Escola Quilombola; e 43% já participaram de alguma mobilização e luta a exemplo: SE1 “para não fechar a escola, só não fechou porque era quilombola”; SE2 “defender a permanencia do 6º ano”; SE3 “luta pela decolonização do nome da escola e permanencia do 6º ano”; SE6 “por direito ao 6º ano entre os anos de 2017 a 2019”; SE7 “buscar alunos, busca ativa”; SE8 “manutenção das séries 6º e 7º ano na escola no ano de 2022”.

Observamos que ocorre uma luta da comunidade escolar quilombola Barro Preto com a presença e envolvimento dos servidores da educação nos últimos cinco anos para manutenção do Ensino Fundamental II no Colégio Estadual Doutor Milton Santos. Evitando assim, o processo de municipalização da escola estadual quilombola frente a ação do governo do Estado que tem transferido o Ensino Fundamental II para os municípios com a doação do prédio escolar público por parte do Estado para o poder municipal, e repasse dos recursos do Fundo de Financiamento da Educação – FUNDEB. Seguindo dessa forma, as orientações a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB 9394/1996. Cinco escolas foram municipalizadas no município de Jequié, as unidades educacionais eram geridas pelo governo do Estado ofertando o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, que passaram a ser administradas pelo município oferecendo apenas o Ensino Fundamental.

Ao analisar de quais atividades (Construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), Colegiado Escolar, Caixa Escolar, Construção de Atas,

Realização de Matrículas, entre outras) os servidores da educação não-docentes já participaram no Colégio Estadual Doutor Milton Santos - Escola Quilombola, constatamos que 50% dos servidores não participaram de nenhuma atividade e 50% já participaram. Sendo que SE1 participou do Colegiado Escolar, SE3 participou do Construção do Projeto Político Pedagógico (PPP), Colegiado Escolar, Caixa Escolar, Construção de Atas e da Realização de Matrículas; SE4 participou do colegiado escolar; SE5 participou da realização de matrícula; SE6 participou do colegiado escolar e construção de atas; SE8 participou do Caixa Escolar e de projetos; e SE12 participou do Caixa Escolar, Construção de Atas, Realização de Matrículas.

Ao questionar os servidores se os mesmos já participaram de alguma atividade de luta de um Movimento Negro, 86% dos servidores disseram que nunca participaram de luta de um Movimento Negro e 14% afirmaram que participaram.

Os servidores da educação foram também questionados sobre quando o racismo e a intolerância religiosa devem ser abordados no colégio: oito dos servidores responderam que racismo e a intolerância religiosa devem ser abordados pedagogicamente pela escola; três servidores da educação acreditam que devem ser abordados quando acontecer algum caso evidente na escola. O servidor SE3 acredita que devem ser abordados pedagogicamente pela escola e pelos movimentos sociais e o servidor; SE12 acredita que devem ser abordados pedagogicamente pela escola, pelos movimentos sociais e quando acontecer algum caso evidente na escola; E o SE4 não respondeu essa questão.

Existem no Brasil algumas leis que tratam do racismo, considerando crime vários atos de discriminação racial ou preconceito de cor ou raça. Ao questionar os servidores da educação se conhece alguma delas. 50% responderam que não conhece nenhuma lei e 50% responderam que conhece, sendo que apenas SE12 comenta que racismo é caracterizado como crime de ódio e SE8 afirma que há o estatuto racial da Bahia e outras leis federais.

Verificamos assim, que nenhum dos servidores destacou o número de uma lei e o que a mesma se refere e quais as punições por infringi-las no Brasil. Verificamos que alguns servidores sabem que existe as leis que tratam do racismo, mas não as conhecem com profundidade.

Nesse sentido, verificamos a importância da formação de servidores da educação para relações étnico-raciais não somente para o conhecimento das leis, mas também, as maneiras de implementação de uma educação antirracista.

Ao questionar os servidores se já presenciaram racismo dentro do Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola ou em seu entorno, verificamos que cerca de 57% dos servidores não presenciaram racismo e 43% dos servidores presenciaram. O que indica que quilombolas sofrem atos racistas na sua comunidade e dentro da escola que estuda.

Ao questionar os servidores qual atitude tomaria caso o mesmo presenciasse uma situação de racismo dentro da escola ou na comunidade quilombola Barro Preto, os servidores da educação quilombola responderam: SE1 apaziguaria; SE2 defenderia; chamaria a atenção do autor; SE3 advertência oral, em seguida usaria a lei; SE4 eu sou amarelo claro. Sou meio errado pra lidar com amor. No mundo tem tanta cores. São tantos sabores. Me aceita como eu sou; SE6 daria conhecimento a direção para tomar as providências; SE7 chamaria a pessoa que está maltratando e diria que somos todos iguais, e que cor não significa nada; SE10 não respondeu; SE11 defenderia; SE12 avisaria a direção; SE13 apresentaria aos responsáveis; SE5 não respondeu; SE14 Falaria com eles e comunicaria a direção da escola; e SE8 na escola nós intensificamos as práticas educativas na turma dos alunos envolvidos, chamamos a família dos estudantes e fazemos as orientações. A depender da gravidade além das medidas descritas acima, aplicamos as sanções previstas no Regimento Escolar Unificado. Na comunidade, chamaria a pessoa e pediria que me permitisse explicar que estava sendo racista e/ou denunciaria a justiça.

Ao perguntar se conhece a educação antirracista 50% dos servidores disseram que conhecem e 50% dos servidores disseram que não conhecem. E ao questionar se o mesmo acredita que os servidores da educação são importantes na implementação, manutenção e eficácias de uma educação antirracista em uma comunidade escolar. Percebemos que cerca de 93% dos servidores acreditam e apenas 7% não acredita que os servidores da educação são importantes para uma educação antirracista.

Questionando os servidores como a cultura negra deve ser lecionada nas escolas. Os servidores SE1 SE2, SE4, SE8, SE10, SE11 e SE13 acreditam que a cultura negra deve ser lecionada como um instrumento da prática pedagógica;

SE5 e SE9 acreditam que deve ser lecionada nas escolas como parte do rico folclore do Brasil; SE3, SE6 e SE7 responderam que aulas devem ser baseada em metodologia que trata positivamente a diversidade racial, visualizando e estudando as verdadeiras contribuições de todos os povos; SE14 acredita que deve ser pelas contribuições das culturas europeias representadas nos livros didáticos; e para SE12 deve ser tanto como um instrumento da prática pedagógica, como parte do rico folclore do Brasil, bem como pela construção baseada em metodologia que trata positivamente a diversidade racial, visualizando e estudando as verdadeiras contribuições de todos os povos.

Perguntando sobre a opinião no atual âmbito de trabalho, como os servidores da educação escolar da instituição se comportam diante das situações de racismo e intolerância religiosa dentro da escola, percebemos que: SE4 e SE11 afirmam que os servidores têm procurado investir em cursos de capacitação relacionados as questões étnico-raciais e de intolerância religiosa; os servidores SE1, SE2, SE3, SE5, SE7, SE8, SE9 e SE13 acreditam que os servidores dialogam com as partes fazendo reavaliar suas práticas refletindo sobre valores do povo negro e sua cultura; SE14 e SE12 acreditam que os sevidores posicionam-se de forma neutra; SE6 acretidita que uns se posicionam-se de forma neutra e outros dialoga com as partes fazendo reavaliar suas práticas refletindo sobre valores do povo negro e sua cultura; e SE10 afirma que nunca presenciou nenhuma situação de racismo nesta escola;

Quanto à biblioteca do colégio aproximadamente 79% dos servidores não-docentes pesquisados afirmaram que na mesma existem muitos e variados títulos de livros sobre a questão ético-racial que contemplam alunos e professores; e apenas 21% afirmaram que existem alguns livros (dois ou três) que contemplam a questão ético-racial.

Ao questionar os servidores “você sabia que a cultura ao longo do tempo e por diferentes motivos, pode se transformar? Como essa situação veem afetando as manifestações e celebrações tradicionais dos quilombolas do Barro Preto?” SE1 esta modificando, afetando; SE2 não sabia que a cultura ao longo do tempo e por diferentes motivos, pode se transformar e o SE3 sei que a cultura ao longo do tempo e por diferentes motivos, pode se transformar; SE5 com o decorrer do tempo tem que reforçar a cultura, pois ao contrário disso pode-se dissolver com o tempo; SE6 esta tem conhecimento maior para evitar a crítica

racial; SE7 esta mudando para melhor; SE8 a cultura está em constante transformação e no Barro Preto não é diferente. As manifestações podem estar acontecendo de forma sutil mas ainda estão presentes, como a culinária, o trabalho na feira, as casas de religião de matriz africana, os reizados, etc; SE9 não sei responder; SE11 não sabia que a cultura se modifica com o tempo; SE12 não sei informar por não estar inserido nas pautas do bairro; SE13 no esquecimento da sociedade; SE14 acho que não está afetando e sim mordenizando; e os servidores SE4 e SE10 não responderam.

Ao questionar aos servidores se já participam de uma comemoração no quilombolo Barro Preto que preserva as tradições culturais de seus antepassados? Quais? Os servidores SE2, SE5, SE6, SE9, SE10, SE12, e SE13 responderam que não participam de nenhuma comemoração; SEQ1 participei da festa junina; SE3 participei do projeto negritude; SE4 participei do dia do folclore SE7 participei de festa, capoeira, baianas, jogos internos e danças folclóricas; SE8 participei do reizado; SE11 participei do termo de reis, do bumba meu boi e da capoeira; e SE14 não respondeu.

Ao questionar os servidores da educação se eles conhecem alguma história oral (algo que se conta para não ser esquecido) que recorda a memória do Quilombolo Barro Preto? SE1 teve uma peça da cultura local; SE3 Sim a cor do barro, lugar de refugiados; SE5 relata que conhece a história de Zumbi dos Palmares; SE8 conheço as histórias que meu avô contava sobre a presença da estrada de ferro; SE11 a capoeira acontece sempre; SE2, SE6, SE7, SE9, SE12 e SE13 disseram que não conhecem nenhuma história oral que recordam a memória do quilombo Barro Preto. Os servidores da educação SE4, SE10 e SE14 não responderam o questionamento.

Ao perguntar se os servidores participaram de algum mutirão na Escola Quilombola e na comunidade. e quais as vantagens de uma comunidade se organiza dessa forma?, os servidores SE4, SE10 e SE14 não responderam o questionamento; os servidores SE9 e SE13 responderam que não participaram de mutirão; SE1 o mutirão ensina unidade e irmandade; SE3 sim, só nos traz benefícios culturais, educacionais e sociais; sim na escola; SE7 sim, fui em mutirão para conversar com os pais, para que o colégio tivesse mais alunos para completar a turma e ter a série; SE8 quando a comunidade se organiza, se fortalece na busca de direitos. Na escola participei das mobilizações para a

permanência do 6º e 7º ano na escola por acreditar na importância do trabalho étnico-racial nessas séries; e SE11 sim, bom pela participação.

Perguntamos também aos servidores se os mesmos percebem solidariedade e convivência fraterna no quilombolo Barro Preto e nas ações do Colégio Estadual Doutor Milton Santos - Escola Quilombola: os servidores SE1, SE2 e SE6, SE7, SE11, e SE13 responderam que sim; SE12 sim, muito; SE9 sim, acho que independente de comunidade existe e percebo solidariedade e convivência fraterna sim; SE8 tanto os estudantes, corpo docente e funcionários da escola são muito solidários. SE5 Sim, muito positivo. Além de que o colégio trabalha em parceria com a sociedade; SE3 não, as vezes as ações contempla. os servidores SE4, SE10 e SE14 não responderam esse questionamento.

E por fim fizemos o último questionamento aos servidores da educação que atuam no Colégio Estadual Doutor Milton Santos sobre quais atividades (eventos, trabalhos) foram desenvolvidas na escola quilombola para valorização da história e cultura afrobrasileira e africana. SE1 a corrida da liberdade, nos jogos internos e nos projetos estruturantes; SE2 jogos internos; consciência negra, feira de ciências, a corrida; SE3 projeto mais educação de 2012 à 2014; SE5 os movimentos e a valorização das data históricas; SE6 reuniões, cultura de brincadeiras no quilombo, projeto estruturante, capoeira na escola e corrida da liberdade; SE7 corrida da liberdade, apresentações de projetos na quadra realizados na sala, grupo de dança, capoeira sempre teve, esportes, jogos e volei; SE8 projeto reconhecendo o quilombo, encontros de escritores negros, semana da consciência negra, julho das pretas, clube de leitura preta; SE9 de forma geral percebo que as atividades do colégio é voltada para essa valorização; SE11 projetos de ensino e cultura afro, tem bastante capoeira, a corrida da liberdade; SE12 trabalho de conscientização são desenvolvidos frequentemente ao longo do ano letivo; SE13 movimentação da raça negra, quadrilha junina e samba; SE4, SE10 e SE14 não responderam.

A seguir apresentaremos a formação-webinar sobre a educação para relação étnico-raciais, que intitulamos para o evento de “Educação escolar quilombola: formação e desenvolvimento profissional para relações étnico-raciais” que se apresenta como um produto educacional que deve ser implementado preferencialmente a servidores da educação de escolas quilombolas, mas também podendo ser estendida as demais instituições de

ensino sendo elas públicas ou privadas e que ofereçam os diversos níveis de ensino e suas modalidades.

4.2 Produto educacional: Webnário

Título:

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

MESA 01

Data: / /

Abertura Institucional: abertura do evento com a presença de representante da gestão escolar, coordenação, servidores da educação e convidados da comunidade interna e externa. Começando com apresentação da mesa e dos palestrantes, logo após seguimos com o início dos trabalhos. Podendo os participantes do evento dialogar com os palestrantes dos minicursos ao final de cada palestra para tirar dúvidas, propor novos pontos de vistas, concordar, discordar, refletir, criticar, propor ações, apresentar depoimentos entre outros modos de participação em uma exposição temática dialogada.

1. Reconhecimento e valorização das contribuições reais dos servidores da educação para o povo negro à nação brasileira.

EMENTA: As contribuições dos servidores da educação para a valorização da história e cultura negra, bem como suas contribuições para uma educação antirracista. A educação dentro do contexto de reconhecimento das diferenças e a luta contra os preconceitos raciais.

2. Servidores da educação não-docentes: visibilidade e valorização

EMENTA: A prática profissional sob a perspectiva das Relações Étnico-Raciais. A valorização dos profissionais da Educação Escolar Quilombola. Desenvolvimento profissional de servidores da educação. Empoderamento e constituição da identidade histórico-cultural dos servidores da educação.

MESA 02:

Data: / /

3. Afirmção das identidades regionais dentro do multiculturalismo

EMENTA: Demonstrar elementos histórico e cultural africano e afro-brasileiro presentes dentro de um território que convive com outros elementos de culturas diferentes. Apresentar a inter-relação de culturas em uma comunidade quilombola. globalização. Diversidade cultural. Conhecimento histórico, artístico e cultural de origem afro-brasileira e africana presente na comunidade quilombola Barro Preto.

4. O papel da escola como grande mediador de relações humanas e, dos direitos sociais ou coletivos no sistema legal e no sistema escolar.

EMENTA: O papel da escola quilombola como uma atividade libertadora, capaz de fazer pessoas perceber o seu pertencimento negro, locais de memória, ancestralidade, significados, genealogia das famílias e economia. Os saberes trazidos da cultura afro-brasileira que estão presentes na comunidade quilombola. A identidade quilombola. a escola como parte da comunidade quilombola; relações educacionais igualitárias.

5. Antropologia da alimentação

EMENTA: A importância da etnogastronomia para o fortalecimento da cultura africana. A influência da culinária africana diaspórica para o pertencimento dos estudantes quilombolas. Alimentação escolar em

conformidade com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas. Hábitos alimentares no contexto socioeconômico-cultural-tradicional das comunidades quilombolas.

MESA 03

Data: / /

6. Possibilidades de combate as posturas etnocêntricas para desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao povo negro em espaços escolares

EMENTA: Decolonialidade: O discurso latino-americano no confronto com o europeu. Diáspora, fronteira e identidade quilombola. Reconhecimento e valorização da contribuição no povo negro africano e de seus descendentes na formação da sociedade brasileira. A contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil.

7. A orientação em espaços escolares para extinção do uso de materiais pedagógicos contendo imagens estereotipadas do negro, como repúdio as atitudes preconceituosas e discriminatórias.

EMENTA: O combate de ações dentro do processo de ensino-aprendizagem, que coloque o negro em situação desconfortável, de preconceito, discriminação, desvalorização, escravidão, violência mental ou física, racismo, entre outras, muitas vezes presentes no modelo de educação euro-americanizado. Identidade étnica assumida positivamente e a luta contra o racismo. A cultura lúdica para desconstruir o “Mito do Homem Sério”. A expressão e libertação do corpo negro por meio da dança. Construção política da estética e da beleza negra.

MESA 04**Data:** / /

8. Construção coletivas de alternativas pedagógicas para o tratamento aos estudantes e comunidade quilombolas.

EMENTA: Reconhecer que os estudantes quilombolas, bem como os membros da comunidade quilombola devem ser escutados, atendidos e entendidos no espaço escolar. Possibilidades de um tratamento pessoal humano, equitativo, eficaz, simples e transparente a comunidade escolar quilombola. A luta dos negros no Brasil. O patrimônio cultural das comunidades quilombolas.

9. Educação Escolar Quilombola x Educação Quilombola

EMENTA: Educação Escolar Quilombola. Educação Quilombola. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

MESA 05**Data:** / /

10. Políticas Públicas e relações étnico-raciais

EMENTA: Políticas públicas para comunidades quilombolas. o conjunto específico de programas e ações do governo, dentro das questões públicas étnico-raciais que produziram efeitos específicos, ou seja, que tentam resolver problemas, que atinge o povo negro. Os embates de ideias, preferências e interesses entre a classe dominante e o movimento negro para produzir resultados ou mudanças desejadas no mundo real por meio de políticas públicas.

11. A questão étnico-racial como conteúdo multidisciplinar

EMENTA: Demonstrar possibilidades de implementação de projetos sobre a questão étnico-racial de maneira que o conteúdo trabalhado

envolva a participação de pessoas que atuam em áreas diferentes, para resolução de problemas específicos. Ações multidisciplinar educativas de combate ao racismo e a discriminações.

Objetivo geral:

Criar um ambiente formador para que os servidores da educação possam conscientizar-se da importância da História e Cultura Africana e Afro-brasileira para a construção da identidade cultural brasileira, assim como compreender a realidade atual do povo negro e a luta contra a sua invisibilidade e contra o preconceito racial no Brasil.

Objetivo específicos:

Refletir as contribuições Africana e Afro-brasileira para o desenvolvimento da humanidade e as figuras ilustres que se destacaram nas lutas em favor do povo negro.

Reconhecer a existência do racismo dentro e fora da escola em território brasileiro e da necessidade de valorização e respeito aos negros, a sua história e a sua cultura;

Verificar nas manifestações artísticas, esportivas e religiosas de origem africana como exemplo resistência e preservação da memória;

Repudiar qualquer manifestação de preconceito, discriminação e intolerância étnico-racial, religiosa ou social, bem como a criação de estereótipos que ridicularizam o negro em ambientes dentro e fora da escola;

Reconhecer as contribuições do negro na construção da História e cultura Brasileira;

Perceber atitudes de preservação da memória coletiva, zelando pelo patrimônio cultural, social e ambiental como bens coletivos;

Reflexões sobre os remanescentes quilombolas do quilombo do Barro Preto;
Interversões em ambientes escolares em situação de racismo e intolerância religiosa.

Identificar o vocabulário e a culinária de origem africana;

Discutir a educação dentro do contexto de reconhecimento das diferenças e a luta contra os preconceitos raciais.

ORGANIZAÇÃO



5. Considerações finais

Com o intuito de contribuir com a formação inicial e continuada em exercício de servidores da educação não-docentes coletamos dados pelo contato direto com o objeto de pesquisa por meio da presença do pesquisador (presencial e on-line conforme direcionamento dos órgãos de saúde sobre a pandemia da Covid-19), pela observação, por meio da aplicação de questionário, consulta de documentos e diálogo/discussão/depoimentos com os servidores participantes na pesquisa.

Por meio da análise e interpretação dos dados concluímos que é necessário dar condições de trabalho, valorizar e capacitar os servidores da educação, pois os mesmos estão integrados na comunidade escolar e participam da construção/reformulação do Projeto Político Pedagógico – PPP, contribuí com

decisões coletivas no colegiado escolar, colabora com projetos da escola, realiza atas, atuam no combate ao racismo, entre outras ações que necessitam atuar de forma crítica e reflexiva nas questões étnico-raciais no espaço escolar.

Foi notório perceber, pelos dados dos questionários que os servidores da educação não-docentes participam efetivamente em atividades desenvolvidas na escola. Deste modo, entendemos que os servidores também têm a função de educar e colaborar no processo educativo, participando assim, de ações escolares individualmente e dentro de uma coletividade.

Percebemos que é de fundamental importância a formação inicial e continuada desses servidores, principalmente para a educação e relação étnico-raciais, pois os ajudarão a promover ações afirmativas, significativas e críticas dentro e fora da escola de cunho social, econômico, político, cultural e legal.

Verificamos, que a preparação profissional de servidores da educação não-docentes é importante para a atuação profissional relacionado a educação e relações étnico-raciais. Para tanto, construímos discussões para entender o público-alvo e assim construir o curso de formação-webinar coletivamente, ou seja, com a participação da comunidade escolar quilombola e de pesquisadores do PPGER.

Nesse sentido, elaboramos uma formação-webinar para contribuir com a formação inicial e continuada de servidores da educação que atuam em escolas quilombolas. Realizamos a observação sistêmica, encontros on-line e presencial para a escuta dos servidores da educação que dão suporte ao ensino e de pesquisadores colegas de curso do PPGER para definir temas e ementas para a formação-webinar.

Para se atingir uma compreensão do objetivo geral “desenvolver ações capazes de criar estruturas promotoras da valorização de quilombolas, visando contribuir para reverter a dívida histórica que temos enquanto sociedade racista com o povo negro”, buscamos constituir e fortalecer frentes de apoio de construção de ações sobre a educação e relação étnico-raciais, identidade e consciência negra para educação antirracista em escolas e comunidades quilombolas. Definimos três objetivos específicos.

O primeiro foi proporcionar através de minicursos conhecimento e competências necessárias para o bom desenvolvimento das atividades educacionais para educação antirracistas. A análise permitiu concluir que os

servidores da educação necessitam de um curso de extensão para o seu desenvolvimento profissional e de forma coletiva construímos um curso de formação-webinar no modelo FIC para o desenvolvimento profissional desses servidores.

O segundo foi contribuir com o fortalecimento da identidade e da educação e relação étnico-raciais dos servidores da educação que dão suporte ao ensino e sua valoração no processo educativo. Para tanto, convidamos e incentivamos a participação dos mesmos ao curso de formação-webinar para servidores da educação não-docentes que atuam no Colégio Estadual Doutor Milton Santos, por ser este colégio o que possui um grande número de remanescentes quilombolas.

Nesse sentido, o terceiro objetivo específico foi criar as ações para construção de educação e relação étnico-raciais dentro e fora da escola quilombola. Verificou-se para que tais ações se desenvolvam por meio de um curso de formação-webinar é necessário do apoio da gestão escolar, coordenação da escola, comunidade quilombola, pesquisadores, bem como da aceitação de participação no curso de formação-webinar por parte dos servidores da educação não-docentes. Para ajudá-los a (re)pensar suas atividades na escola, como vistas a participar delas como pessoas que educam.

Observamos que dos dezoito servidores da educação não-docentes do Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola, sendo quatorze que participaram da pesquisa e quatro que não participaram, 50% dos servidores da escola concordaram com a participação no curso de formação-webinar para as relações étnico-raciais, 28% afirmaram que não querem participar e 22% não responderam, pois não participaram da pesquisa.

Percebermos, que no momento atual da pesquisa os servidores da educação estão com uma demanda muito grande de serviços dentro da carga horária de trabalho, e os mesmos vêm trabalhando no modelo de “turnão”, ou seja, trabalham oito horas seguidas. Com isso, não sentimos que no atual momento a frequência dos servidores da educação não-docentes no curso de formação seria satisfatória para as necessidades vigentes no processo de ensino- aprendizagem sobre a educação das relações étnicas-raciais.

A análise do momento atual nos permitiu concluir que a implementação do curso de formação-webinar não atingiria a maioria dos servidores do Colégio

Estadual Doutor Milton Santos, então preferimos oferecer o curso em uma outra oportunidade, em comum acordo com a gestão escolar e servidores. Para que os mesmos possam entender a necessidade de construir, melhorar e consolidar uma prática educativa antirracista dentro e fora do quilombo. Além, de fortalecer e ampliar conhecimentos dos servidores em educação sobre a educação e relação étnico-raciais para aflorar a identidade e a consciência negra e desenvolver o convívio e o pertencimento entre os servidores da educação e os estudantes quilombolas do Barro Preto.

Enfim, alertamos aos pesquisadores sobre a necessidade de propor ações que possam contribuir com uma classe de trabalhadores que atuam na escola, mas em sua maioria tem pouca escolaridade, são imigrantes digitais e é muito desvalorizada socialmente e economicamente por parte do poder público e pela iniciativa privada, o que os tornam invisíveis muitas vezes pela academia e pelas políticas públicas brasileiras.

Acreditamos então que essa categoria de trabalhadores merece ser escutada e se torne visível, proporcionando assim uma rede de contribuições e discussões para o desenvolvimento profissional de servidores da educação não-docentes.

6. Referências

A. HAMPATÉ BÂ. A tradição viva. In: História geral da África, I: Metodologia e Pré-história da África/ editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ª ed. Ver. – Brasília: UNESCO, 2010.

Azevedo, Eliane. **Raça** – conceitos e preconceitos- São Paulo: Editora Ática, série – princípio, 1987.

BENJAMIN, Roberto. **A África está em nós: histórias e Culturas Afro-brasileira**. Grafiset, 2006.

BRITO, Eliana Póvoas Pereira Estrela. Entre a aceitação e a fuga: a juventude negra em trânsito nos currículos escolares. Santarém/PA.2019.

BRASIL – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC (2004).

BAHIA. Secretaria de Educação. Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação Escolar Quilombola. **Resolução CEE/CEB Nº 68/2013**. Salvador/BA. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 8/2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de novembro de 2012.

BAHIA. Lei nº 13.182 de 06 de junho de 2014. Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. Salvador/ BA, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRITO, Eliana Póvoas Pereira. Estrela. Entre a aceitação e a fuga: a juventude negra em trânsito nos currículos escolares. **Revista Exitus**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 37 - 65, 2019.

CAVALCANTE, Fabiana Lopes. SILVA, Edilania de Paiva. DOURADO, Emanuela Oliveira Carvalho. OLIVEIRA, Lucemberg Rosa de. Panorama da Educação Quilombola e a Formação para Professores a partir da Lei 10.639/2003. (In) **VI Seminário Nacional e II Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacionais**, Vitória da Conquista: 2007.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: selo negro, 2011.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In. Moreira, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria. (Orgs) **Multiculturalismo: diferenças e práticas pedagógicas**. 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. P 13-37.

COUTO, Souza Elizabete Maria. **Educação, História e Sociedade**. Ilhéus: UESC, 2009.

Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental / Secretaria da Educação do Estado da Bahia. – Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 484p.

FERNANDES, Viviane Barbosa. **O quilombo e a escola de Barro Preto, em Jequié, Bahia**: vicissitudes e sentidos de identidade. 2017. 251f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In. MUNANGA, kabengele. (Org) **Superando o Racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e diversidade, 2005. P 143 -154.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, v. 134, n.248, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10 639/2003, de 09 janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília.

_____. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Inclui no Currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 de março de 2008.

_____. Lei Nº 12.519, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011. Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, P. 07, 11 de novembro de 2011.

_____. Lei Nº 13.182 de 06 de junho de 2014. Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 de julho de 2014.

_____. Lei nº 9 459, de 13 de maio de 1997. Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun.

LEITE, Edna Xenofonte. Et al. **Materialismo histórico dialético: Contribuições para a realização da pesquisa científica**. Revista Científica

Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 11, Vol. 05, pp. 47-54. novembro de 2019.

LIMA, Heloisa Pires; MELO, Willivane Ferreira; Vasconcelos, Águida Maria Araújo. **O fio d'água do quilombo: uma narrativa do Zambeze no Amazonas?** São Paulo: Prumo, 2012.

LIMA, Maria. Socorro. Lucena. **A formação contínua dos professores nos caminhos e descaminhos do desenvolvimento profissional.** Tese (Doutorado em Educação). FE-USP, São Paulo - SP, 2001.

LOBATO, Lúcia Fernandes. A Cultura Lúdica como proposta para a desconstrução do "Mito Homem Sério". In: **VI Reunião Científica da ABRACE**, Porto Alegre, 2011.

MALOMALO, Bas' ilele. **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009).** v.1. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, **Siglo del Hombre Editores**, 2007. p. 127-167.

MORAN, José Manuel. Contribuições para uma pedagogia da educação online. In: Silva, Marco (Org). *Educação Online*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MOREIRA, Marco Antonio; MASSONI, Neusa Teresinha. **Interfaces entre teorias de aprendizagem e Ensino de Ciências/Física.** Porto Alegre, UFRGS, v.26, n.6, 2015.

MOREIRA, Marco Antonio. **O que é aprendizagem significativa? A aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares.** São Paulo: Livraria da Física, 2012.

MOREIRA, Marco Antonio. **Metodologias de pesquisa em ensino.** São Paulo: Livraria da Física, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Editora Bertrand Brasil, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** Editora Cortez, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Educação e Diversidade.** In Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira- FEUFF. nº10. janeiro/junho, 2008-2010. Rio de Janeiro/Niterói.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Conferência proferida no III Seminário Nacional Relações raciais e Educação- PENESB –RJ, 11 de maio de 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. Petrópolis Vozes, 1980.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. 20ª Ed. São Paulo: Ática, 2001.

OLIVEIRA, Rachel de. SOUZA, Flávia Alessandra de Souza. **Educação e Relações Étnico-raciais** – Ilhéus, BA: Editus, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. vol.26 n.1. Belo Horizonte, 2010.

QUIJANO, Aníbal (2000). “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, v. 11, n. 2, p. 342-386.

RAMAL, Andreia Cecília. **Educação na cibercultura**. Hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo. Companhia das letras, 2019.

SALES, Mary Valda Souza. **Educação e tecnologias da Informação e Comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre a dependência cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora USP, 2000.

SOUZA, Manuel Alves de. **Brasil Afro-Brasileiro: Cultura, História e Memória**. 3.ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2010.

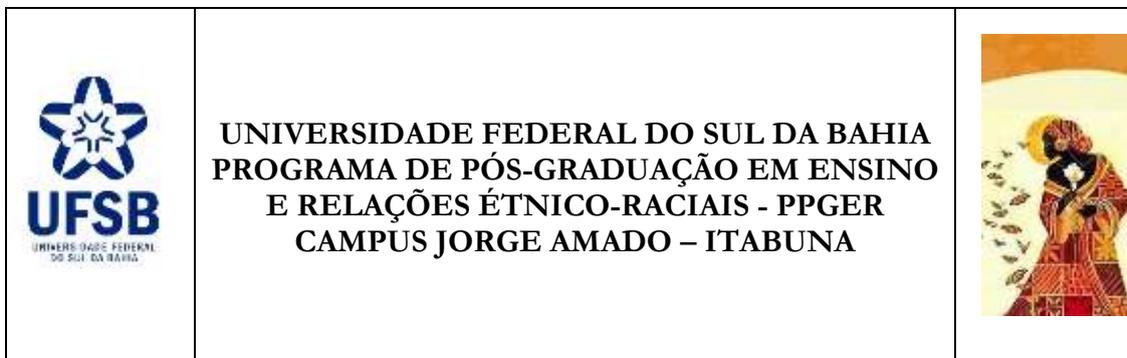
SOUSA JUNIOR, Vilson Caetano de. BARBOSA, Magnair. VELAME, Fábio. **Coleção quilombos bom de ver e bom de viver; V.1**. Salvador: Brasil com Artes, 2013.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ZORZO, Francisco Antônio. **Ferrovia e Rede Urbana na Bahia: Doze Cidades Conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870 – 1930)**. Feira de Santana, UEFS, 2001,

7- Apêndices

Apêndice A: Instrumento de coleta de dados



INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Questionário

Será realizado no trabalho intitulado “Formação de servidores da educação para as Relações Étnico-raciais: webinar no colégio do quilombo Barro Preto” um questionário para identificar o conhecimento por parte dos servidores da educação não-docentes sobre a temática da consciência negra, bem como acerca do processo de ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e do seu interesse de fazer um curso sobre a educação para as Relações Étnico-raciais. Sendo que as respostas dadas pelos servidores da educação do Colégio Estadual Doutor Milton Santos serão coletadas individualmente.

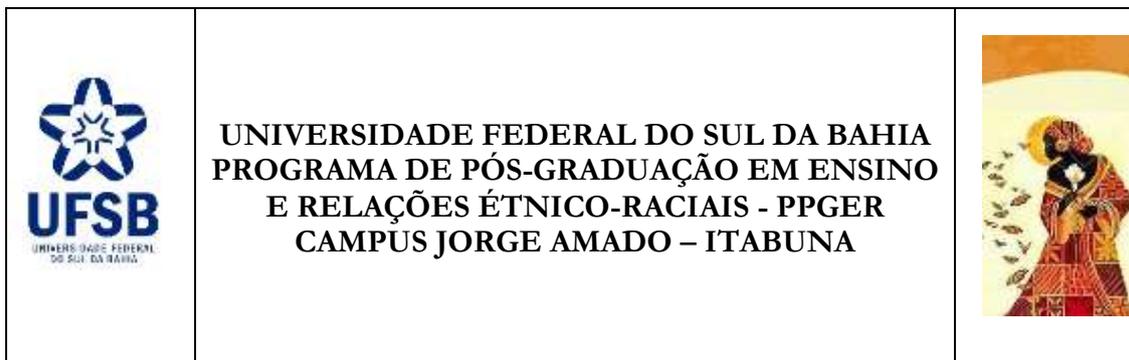
Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Pesquisador Responsável: ariskleber@gmail.com; celular pessoal: (73) 988294542

Orientadora: anacris@ufsb.edu.br; CELULAR PESSOAL: (73) 999448771.

ENDEREÇO: Rodovia de Acesso para Itabuna km39- Ferradas, Itabuna -Bahia, CEP 45613204, TELEFONE: (73) 2103-8480.

Apêndice B: Questionário para os servidores da educação não-docentes



Pesquisador: Profº Ariskleber Moraes Santos

Orientadora: Profª. Dra. Ana Cristina Santos Peixoto

Questionário para os servidores da educação não-docentes

1. Você trabalha em uma escola?

- Quilombola
- Indígena
- Educação do campo
- Escola técnica
- Outra _____

2. Função que desempenha no Colégio Estadual Doutor Milton Santos - Escola Quilombola:

- Merendeira
- Secretária
- Vigilante
- Auxiliar de secretaria
- Auxiliar de Limpeza
- Auxiliar de manutenção
- Mediador de recursos tecnológicos
- Outra _____
- Diversas _____

3. Há quanto tempo trabalha na escola quilombola.

- 1 ano a 3 anos
- 3 anos a 6 anos
- 6 anos a 9 anos

() mais de 9 anos

4. Qual a sua Raça/Cor:

() branca

() preta

() parda

() amarela

() indígena

5. Marque abaixo qual a sua religião:

() Evangélica

() Umbanda

() Candomblé

() Espírita

() Católica

() Judaica

() Outra religião _____

() Acredita em Deus mas não tem religião

() É ateu/ não acredita em Deus

6. Na sua opinião, a escola deveria ensinar uma religião específica?

() Sim

Qual _____

() Não

7. Você mora no Quilombo Barro Preto em Jequié / BA?

() Sim

() Não

8. Você tem algum filho ou parente que já estudou ou estuda no Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola? O que motivou?

() Sim

() Não

9. Como você define o perfil (cor, classe social e religião) dos estudantes do Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola?

10. Marque abaixo as religiões que você acredita que os estudantes são praticantes:

- Evangélica
- Umbanda
- Candomblé
- Espírita
- Católica
- Judaica
- Outra religião _____

11. Para você o que é uma Escola Quilombola?

12. Você já participou de alguma formação relacionado a cultura e história afro-brasileira e africana?

- Sim
- Não

13. Você gostaria de participar de um evento on-line direcionado a **Formação de Servidores da Educação Não-Docentes para as Relações Étnico-raciais?**

- Sim
- Não

14. Você participou de alguma mobilização ou luta por direitos realizado pelo Colégio Estadual Doutor Milton Santos - Escola Quilombola? Dê exemplos.

- Sim
- Não

15. De qual atividade você já participou no Colégio Estadual Doutor Milton Santos - Escola Quilombola?

- Construção do Projeto Político Pedagógico (PPP)

- Colegiado Escolar
- Caixa Escolar
- Construção de Atas
- Realização de Matrículas
- Outro _____
- não participei

16. Você já participou de alguma atividade de luta de um Movimento Negro?
Qual?

- sim
- não

17. Para você, o racismo e a intolerância religiosa devem ser abordados:

- Pedagogicamente pela escola.
- Pelos movimentos sociais.
- Quando acontecer algum caso evidente na escola.

18. Existem no Brasil algumas leis que tratam do racismo, considerando crime vários atos de discriminação racial ou preconceito de cor ou raça. Você conhece alguma delas?

- Sim
- Não

19. Você já presenciou racismo dentro do Colégio Estadual Doutor Milton Santos – Escola Quilombola ou em seu entorno?

- Sim
- Não

20. Caso você presenciasse uma situação de racismo dentro da escola, qual atitude tomaria? E na sua comunidade?

21. Você conhece a educação antirracista?

- Sim
- Não

22. Você acredita que os servidores da educação são importantes na implementação, manutenção e eficácias de uma educação antirracista em uma comunidade escolar?

Sim

Não

23. Como a cultura negra deve ser lecionada nas escolas:

Como parte do rico folclore do Brasil.

Como um instrumento da prática pedagógica.

Quando é assunto da mídia.

Pelas contribuições das culturas europeias representadas nos livros didáticos.

A construção baseada em metodologia que trata positivamente a diversidade racial, visualizando e estudando as verdadeiras contribuições de todos os povos.

Apresentar aos estudantes informações sobre os indígenas e negros brasileiros de forma eurocêntrica.

24. Em sua opinião e no seu atual âmbito de trabalho, como os servidores da educação escolar da instituição se comportam diante das situações de racismo e intolerância religiosa dentro da escola:

Posicionam-se de forma neutra.

Dialoga com as partes fazendo reavaliar suas práticas refletindo sobre valores do povo negro e sua cultura.

Têm procurado investir em cursos de capacitação relacionados as questões étnico-raciais e de intolerância religiosa.

Outro _____

25. Quanto à biblioteca:

Existem muitos e variados títulos de livros sobre a questão ético-racial que contemplam alunos e professores.

Existem alguns tipos de livros (dois ou três) que contemplam a questão ético-racial.

Não existem livros sobre o tema.

26. Você sabia que a cultura ao longo do tempo e por diferentes motivos, pode se transformar? Como essa situação veem afetando as manifestações e celebrações tradicionais dos quilombolas do Barro Preto?

27. Você já participou de uma comemoração no quilombolo Barro Preto que preserva as tradições culturais de seus antepassados? Quais?

() Sim

() Não

28. Você conhece alguma história oral (algo que se conta para não ser esquecido) que recorda a memória do Quilombolo Barro Preto? Relate.

29. Já participou de algum mutirão na Escola Quilombola e na comunidade? Para você, que vantagens podem existir em uma comunidade quando se organiza dessa forma?

30. Você percebe solidariedade e convivência fraterna no quilombolo do Barro Preto? E nas ações do Colégio Estadual Doutor Milton Santos - Escola Quilombola?

31. Para você quais atividades (eventos, trabalhos) foram desenvolvidas na escola para valorização da história e cultura afrobrasileira e africana?

8 – Anexos

Anexo A: Certidão de auto-reconhecimento

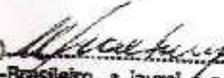

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n. 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Barro Preto**, localizada no município de Jequié, Estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n. 09, Registro n. 919, fl. 33, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n. 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s):
Genivaldo Batista Santos
Presidente da Associação de Moradores do Barro Preto
CNPJ nº 08.178.859/0001-05

Eu, **Miriam Caetana de Souza Ferreira (Ass.)**, , Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, 01 de março de 2007.

O referido é verdade e dou ré


Maria Bernadete Lopes da Silva
Presidente-Substituta

SEN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF – Brasil
Fons: (0 XX 61) 3424-0108(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3325-0242
E-mail: chefe@gabinete@palmars.gov.br <http://www.palmars.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade governada" (Wally Salento)